

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 212 • Setembro de 1986 • Cz\$ 6,00



Cleudis Angelier

Direitos indígenas na Constituinte

CUT: a caminho da definição

João Roberto Rippar / F4



Flavio Italia

CEB's: reafirmando compromissos

Ficaremos satisfeitos em poder receber informações ou um catálogo de vocês sobre sua eventual produção audiovisual (vídeos, dispositivos, fotografias etc). Agradeceremos, também, se vocês puderem indicar outros centros de produção audiovisual. Estamos particularmente interessados em movimentos populares e educação popular, a situação das mulheres, trabalhadores rurais, urbanos e sindicalismo, periferia urbana, religiosidade popular, comunidades de base, questão indígena, realidade do subdesenvolvimento, informação sócio-política dos países, em particular. Se vocês quiserem conhecer melhor o nosso centro, ficamos à disposição para qualquer informação complementar. Esperando sua resposta, deixamos calorosas saudações,

Enzo Sallustro
Centro de Documentação Oscar Romero
Via Bacillieri 1/A, 37139, Verona (Itália)

É sempre com prazer que recebemos a revista "Tempo e Presença". Desta vez, o número sobre "A questão do menor" atraiu a nossa atenção. Houve deliberações em nosso grupo sobre a necessidade de dedicar atenção aos direitos civis do menor que vive na rua sem proteção da família. Gostaríamos de encontrar caminhos para discutir esta questão com pessoas e instituições que possam indicar pistas de:

1º) como **analisar** o impacto, do desenvolvimento dos países e cidades latino-americanos, dessa quantidade de menores abandonados que vão formando suas próprias organizações;

2º) como **ajudar** esses grupos a defenderem seus direitos de uma forma construtiva, que leve a sociedade a aceitá-los.

Joke Orange
Departamento para América Latina e Caribe da Comissão Intereclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento (ICCO)
Zeist (Holanda)

Por ocasião do reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba, a revista "Isto é" publicou, na edição de 27/86, um extensa matéria sobre o assunto. Em um box intitulado "Um frei poderoso (Por que Castro não deu entrevista à Globo)", o jornalista Paulo Gil Soares, da Globo, faz uma série de acusações a Frei Betto culpando-o pela recusa de Fidel Castro em conceder uma entrevista à TV Globo, preferindo a TV Manchete. Em carta enviada aos leitores de "Isto é", Frei Sérgio Lobo de Moura, provincial dominicano, responde às acusações. Eis a íntegra da carta-resposta de Frei Sérgio, não publicada por "Isto é".

Sr. Editor,

A propósito da matéria "Um frei poderoso", publicada na "Isto é" nº 497, devo esclarecer aos leitores da revista, como superior religioso do frei Betto e após conversa pessoal que com ele mantive, os seguintes pontos:

1. Frei Betto se recusa a defender-se de ataques pessoais, sublinhando apenas a falta da ética profissional da revista, que não ouviu a parte injustamente atacada.

2. De acordo com a versão que frei Betto me transmitiu dos acontecimentos, foi o jornalista Paulo Gil Soares quem o procurou, em julho de 1985, no decorrer de uma recepção oferecida em Cuba, solicitando sua ajuda para aproximar-se de Fidel Castro. Frei Betto o apresentou a Fidel que, na ocasião, marcou para a segunda semana de setembro daquele ano a entrevista a ser concedida à TV Globo.

3. Paulo Gil Soares solicitou a assessoria de frei Betto, no sentido de facilitar o clima da entrevista, devido a sua relação de amizade com Fidel Castro. Frei Betto respondeu que o faria, sob as seguintes condições: 1) que nem sequer seu nome aparecesse na entrevista; 2) que sugeriria ao governo cubano exigir que a matéria fosse editada em Cuba, para evitar que a Globo fizesse "do urro do leão um miado do gato"; 3) por não ter razões para trabalhar de graça para a TV Globo, cobraria, pela assessoria, o equivalente a 5 mil dólares, quantia a ser entregue di-

retamente ao Mutirão de Casas Populares de São Bernardo do Campo; 4) que a TV Globo pagasse sua passagem de ida e volta a Cuba.

4. Em meados de agosto, frei Betto ouviu de Paulo Gil, em conversa telefônica, que a TV Globo não aceitara sua intermediação "por ter canais próprios com o governo cubano". 5. Em novembro de 1985, frei Betto foi novamente procurado, desta vez por Joelmir Betting, que lhe disse ter sugerido à direção da TV Globo recorrer à sua mediação para obter a entrevista.

6. Livre de qualquer compromisso com Paulo Gil e com a TV Globo, em dezembro do mesmo ano, frei Betto foi consultado, em Havana, sobre o interesse de Roberto D'Ávila em entrevistar Fidel Castro, já que Gabriel Garcia Marquez aconselhara o comandante cubano a conceder a entrevista à TV Manchete. Foram testemunhas dessa consulta, por parte do próprio Fidel, Chico Buarque e Bresser Pereira, que fizeram eco à opinião de frei Betto, ou seja, a Globo teria maior audiência, porém o programa de D'Ávila teria melhor qualidade.

7. Brasileiros que estavam diretamente interessados em que a entrevista fosse concedida à TV Globo, diante da vitória da TV Manchete passaram a divulgar toda sorte de mentiras a respeito do envolvimento de frei Betto neste episódio. Para deixar as coisas claras e num gesto de confiança, Fidel Castro enviou, em dezembro passado, uma carta pessoal ao dr. Roberto Marinho, fazendo questão que ela fosse entregue pessoalmente por frei Betto.

Faço votos que, de outras vezes no futuro, as partes interessadas sejam ouvidas e que o público leitor possa ter os elementos necessários para saber quem mente e quem diz a verdade.

S e u ,

cordialmente,

Frei Sérgio Lobo de Moura,
OP
Provincia Dominicana do Brasil
São Paulo (SP)

tempo e presença

Revista mensal
do CEDI
Setembro de 1986

CEDI Centro Eumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. nº 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação e Secretaria Gráfica
Marco Antonio Teixeira

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

"O bloco de matérias sobre 'índios' foi preparado por membros da equipe do programa Povos Indígenas no Brasil": André Amaral de Toral, Carlos A. Ricardo, Dominique Gallois e Fany Ricardo.

Preço do exemplar avulso: Cz\$ 6,00

ÍNDICE

Índios

- 4 DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE
- 6 "A LUTA DECISIVA DOS ÍNDIOS NA CONSTITUINTE JÁ TEM COORDENAÇÃO?"
- 7 SERÁ POSSÍVEL ALGUM ÍNDIO SE ELEGER?
- 10 POR QUE DISCUTIR "TERRAS INDÍGENAS" NA CONSTITUINTE?
Lucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima
- 10 LABIRINTO BUROCRÁTICO: AS MUITAS ETAPAS PARA A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS
- 13 DO LADO DEBAIXO DO CHÃO
Carlos Alberto Ricardo
- 14 O DOSSIÊ CEDI/CONAGE
- 16 ANOTE
- 18 LEVANTAMENTO

CUT

- 20 A HORA DA CUT
José Ricardo Garcia Pereira Ramalho e Neide Esterci
- 22 CUT: A CAMINHO DA DEFINIÇÃO
Aloisio Mercadante Oliva
- 24 MANIFESTO DO 2º CONGRESSO DA CUT AOS TRABALHADORES BRASILEIROS
- 25 TRINDADE: REAFIRMAÇÃO DA ESPERANÇA E DO COMPROMISSO
Jether Pereira Ramalho
- 26 "CEB'S, POVO DE DEUS EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA"
- 27 PERFIL DOS REPRESENTANTES 6º ENCONTRO INTERECLESIAL

Bíblia Hoje

- 29 O PACTO DE MOISÉS E O PACTO DE DAVI
Joaquim Beato

América Latina

- 31 SETEMBRO DE 1986 13 ANOS DE DITADURA NO CHILE
- 34 1986: HA 25 ANOS... TODAS AS ARMAS CONTRA A AGRSSÃO

Livros

- 35 REVENDO O PASSADO GUARANI
- 35 O PENSAMENTO RELIGIOSO TUPI-GUARANI

Última Página

- 36 MANIFESTO INDÍGENA CONTRA AS CELEBRAÇÕES DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO E DA PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO NA AMÉRICA

Agora, a luta decisiva dos índios

A "Nova República" insiste em introduzir dispositivos legais que permitam a mineração em terras indígenas. Essa atividade atinge, hoje, 77 das 302 áreas indígenas na Amazônia em 34% de suas extensões, conforme levantamento produzido pelo CEDI/Conage do qual publicamos algumas conclusões nessa edição.

Apesar de ilegais, as atividades prosseguem como a atestar a força e a disposição de empresas estatais, particulares ou de capital predominantemente multinacional na mais recente forma de agressão aos povos indígenas no Brasil.

Atenta a essa situação a União das Nações Indígenas e várias organizações de apoio aos índios estão se preparando para a dura luta na Assembléia Nacional Constituinte que definirá como se darão as atividades de mineração em áreas indígenas. O "Programa Mínimo", preparado por essas entidades para os candidatos comprometidos com a causa indígena, inclui o usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo e subsolo, e a revogação dos alvarás que "permitem" a permanência dessas empresas em terras indígenas. O futuro Congresso, que se pronuncia conservador e a capacidade de "lobby" das empresas privadas através do Instituto Brasileiro de Mineração, das empresas estatais a nível federal e regional, e das associações de garimpeiros, dominadas por empresários da garimpagem dão a certeza de uma luta dura, com resultados incertos.

Além da defesa do solo e do subsolo, a Constituinte oferece aos índios a oportunidade de alterarem a atual condição de "tutelados" do Estado, onde a categoria "índio" aparece como transitória, rumo à

"aculturação" final, onde serão devidamente "integrados" à população brasileira.

Contrariando as atuais prescrições legais, a história recente dos índios no Brasil nos ensina que eles estão aí para ficar, cada vez mais índios, com suas características culturais e lingüísticas próprias. Conscientes dessa sua condição seu objetivo atual é uma Constituição que lhes garanta o direito à pluralidade cultural, que reconheça que seu destino lhes pertence e que eles são os sujeitos de sua história.

É na Constituinte também que se definirá as obrigações da agência indigenista oficial, a Funai, no tocante à demarcação das terras indígenas e na apuração das muitas violências contra esses povos e a impunidade no assassinato de suas lideranças.

Depois de ocuparem seu espaço na imprensa e junto à opinião pública, de elegerem um seu representante ao Congresso em 1982, os índios preparam agora sua luta decisiva: garantir seu espaço, como povos indígenas, na Constituinte. Vai ser uma dura luta e que exige, mais do que nunca, o compromisso de todos que têm simpatia pela causa.

Recentemente, dois grandes eventos marcaram um passo decisivo no fortalecimento dos movimentos populares: O 6º Encontro Intereclesial de CEB'S e o 2º Congresso da CUT. Pela sua importância nacional, pelo seu significado são veiculadores de que os setores populares tomam consciência cada vez mais efetiva de seu papel como reais sujeitos históricos do novo projeto político que se deverá constituir no País. Neste número de "Tempo e Presença", publicamos as conclusões desses encontros como reafirmação de nossa solidariedade e compromisso.

DIREITOS INDÍGENAS

NA CONSTITUIÇÃO

A população indígena cresceu globalmente nos últimos 25 anos. Hoje são mais de 220 mil índios, cerca de 170 sociedades diferentes, falando igual número de línguas, espalhadas por todo o território nacional, sobretudo na Amazônia. Embora algumas dessas micro-sociedades estejam todavia ameaçadas de desaparecimento, às vezes sem condições de articular estratégias de enfrentamento promissoras para dar conta das novas condições impostas pelo contato com as frentes de expansão da sociedade nacional sobre seus territórios, é certo que a grande maioria delas está aí para ficar. E tem reclamado seus **direitos permanentes**, sobretudo com relação à terra.

Tais direitos, na sua formulação mais geral, estarão em jogo durante a Assembléia Nacional Constituinte, cuja eleição está em curso. Diante da esperada hegemonia conservadora no próximo Congresso, agravada pela distância e o grau de simpatia "genérica" que os setores mais progressistas têm da questão e das políticas indígenas, aguardam-se grandes dificuldades para a inscrição dos direitos permanentes dos povos indígenas na Constituição, superando a atual condição da **tutela**, por um conjunto de garantias que expressem o futuro desejado pelos próprios povos indígenas e pelos setores que apoiam suas lutas.

Acontece que toda a ideologia oficial em vigor desde muito tempo, com base na qual está fundamentada a atual legislação

de proteção aos interesses indígenas (tanto na Constituição, como na legislação complementar), parte do pressuposto que "os índios" são uma categoria **transitória**, à qual, portanto, não se deve reconhecer direitos permanentes, mas condições provisórias orientadas à sua assimilação à geléia geral brasileira.

Mas a história recente tem colocado novas questões e os direitos indígenas na Constituinte deverão ser um ponto de destaque no teste de democracia que se iniciará, tecnicamente, em março de 1987.

170 LÍNGUAS E UMA POLÍTICA INDIGENISTA FALIDA

Além da resistência (histórica) que se dá a nível local, de cada sociedade indígena diante das agências e setores sociais com os quais se defronta, alguns grupos indígenas têm marcado sua presença na cena política regional e nacional, nos últimos dez anos. Nestes níveis, articulando-se com setores de igrejas, organizações civis de apoio, com associações profissionais e com parlamentares, aproveitando-se de recursos e contatos com agências governamentais e contando com respaldo e simpatia na opinião pública (nacional e internacional), "os índios" criaram um movimento que guarda relações heterogêneas e descontínuas com suas "bases".

Há quem diga que seria pedir demais a esse conjunto, tão

QUINTE



heterogêneo e disperso de micro-sociedades (dos 170 povos mencionados, por exemplo, somente cerca de 35 têm uma população superior a mil indivíduos, além das diferenças lingüísticas, culturais e de situação de contato com a sociedade nacional), para que se vertebresse politicamente numa organização própria, permanente, autônoma, vertical e estável.

Diante da "condição" das sociedades indígenas no Brasil, a questão da intermediação dos seus interesses, sobretudo a nível regional e nacional, parece estar estruturalmente marcada pela

interferência de terceiros. Evidentemente que com diferenças, oriundas da própria situação de cada povo indígena particular e das modalidades de intervenção das agências de contato.

A Funai, por exemplo, como agência governamental especialmente dedicada a implantar a política indigenista oficial, tem marcado sua atuação pelo desenvolvimentismo assimilacionista e pelo controle autoritário do "patrimônio indígena" (quer seja dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas, como do próprio

trabalho e produtos culturais das comunidades). Desde a sua fundação em 1967, nos tempos da institucionalização da ditadura militar no país, a Funai vem sendo criticada por setores da sociedade civil contrários à sua localização no aparelho do Estado de maneira subordinada ao Ministério encarregado de levar o desenvolvimento ao interior do país, em condições econômicas e política qualificadas como "selvagens".

Ruim com ela, pior sem ela, tais setores sempre tentaram aproveitar as "brechas" pontuais, que se abriram nas

PROGRAMA MÍNIMO DOS DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUINTE

1. RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil.
2. DEMARCAÇÃO E GARANTIA DAS TERRAS INDÍGENAS.
3. USUFRUTO EXCLUSIVO, PELOS POVOS INDÍGENAS, DAS RIQUEZAS NATURAIS existentes no solo e no subsolo dos seus territórios.
4. REASSENTAMENTO, EM CONDIÇÕES DIGNAS E JUSTAS, DOS POSSEIROS pobres que se encontram em terras indígenas.
5. RECONHECIMENTO E RESPEITO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS dos povos indígenas, com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

DIVULGUE E EXIJA
O COMPROMISSO DOS SEUS CANDIDATOS

UNI - UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS

MST/CONTAG/CUT/CGT/CONAGE/ABA/CIMI/CONIC/CPT/ABRA/SBPC/ANDES/MNDDH/
ANAÍ-RS/ANAÍ-BA/CPI-SP/CPI-AC/CPI-SE/CTI/CCPY/CEI/OPAN/CEDI/INESC/CEPIS/
IBASE/FASE/GTME.

descontinuidades entre as administrações do órgão, para enganchar programas de ação favoráveis aos interesses de grupos indígenas particulares. Depois de 1983 (dec. 88.118), com a retirada da questão da definição das terras do âmbito de competência e poder da Funai, alçando-a à categoria de “questão de segurança nacional”, a disputa por espaços dentro do órgão passou a ser cada vez mais uma caricatura tragicômica da sua face meramente clientelista e autoritária, incluindo a participação de índios na disputa de cargos funcionais. Hoje, a Funai passa por uma reforma de fachada, a chamada “descentralização”, cujo objetivo prescípua é esvaziar a crise política que se instalara no centro da cena, em Brasília, desde o final do governo Figueiredo e que a chamada

“Nova República” demorou a entender. Depois de trocar cinco vezes o presidente do órgão no período de um ano, o governo logrou estabilizar um arranjo burocrático cujos primeiros resultados concretos estão longe de apresentar alternativas para o futuro: conseguiu tirar a crise da Funai das primeiras páginas dos órgãos de imprensa (aproveitando-se do espaço criado pelo lema oficial “tem que dar certo” e pelo deslocamento do eixo principal das questões políticas para o nível local, com as eleições para governador dos estados) e transformar o órgão num grande cabide de empregos (de 3 mil para 4.200 funcionários em apenas três meses)!

UNI ARTÍCULA PROGRAMA MÍNIMO

Diante deste quadro, a UNI (União das Nações Indígenas), ainda

incipiente, tem procurado coordenar, interpretar, dar forma e servir de referência indígena a nível nacional, às demandas concretas colocadas por vários grupos indígenas na sua relação com o Estado. Aglutinando esforços de outras tantas organizações e movimentos de apoio, a UNI logrou articular um “Programa Mínimo” dos direitos indígenas na Constituinte ainda muito distante das aldeias e das campanhas daqueles que são candidatos à Constituinte.

Evidentemente o caminho a percorrer para a difusão e o “engate” dos pontos deste Programa no processo constituinte é enorme e dificultoso, como sugerem as várias matérias que vêm a seguir, preparadas especialmente para esse número da “Tempo e Presença”.

“A luta decisiva dos índios na Constituinte já tem coordenação”

Num encontro convocado e coordenado pela UNI (União das Nações Indígenas), nos dias 9 e 10 de maio deste ano, em São Paulo, foi formada uma Coordenação Nacional e aprovado um Programa Mínimo dos direitos indígenas na Constituinte, composto de dez pontos. UNI, Cimi, Inesc e CEDI compõem a referida Coordenação que, na ocasião, traçou um extenso plano de trabalho para o período pré-Constituinte, mas que pretende se estender à etapa de elaboração da nova Carta

Constitucional. Até novembro deste ano, a Coordenação estará empenhada em difundir amplamente o Programa Mínimo e em articular o comprometimento de candidatos à Constituinte de diferentes partidos em todo o país. Nesse período, eleitoral a Coordenação dará ênfase no apoio às campanhas dos candidatos indígenas à Constituinte indicados pela UNI. O Programa Mínimo, que conta de saída com 29 adesões, entre

movimentos populares, centrais sindicais, organizações de apoio e assessoria e instituições eclesiais, aparece resumido num **cartaz**, que vai como encarte nessa edição de “Tempo e Presença”.

O contato com a Coordenação pode ser feito através da União das Nações Indígenas — Rua Ministro Godói 1484, CEP 05015, São Paulo, S.P. tel. (011) 62-4246 — ou da Comissão Pró-Índio de SP, no mesmo endereço, tel (011) 864-1180.

Será possível algum índio se eleger?



Está difícil. Seria importante, pelo menos um, desde que comprometido com o programa e com a dinâmica dos movimentos indígenas e dos grupos de apoio.

Claro está que não basta ser índio, tem que participar do movimento. Haja visto o desempenho do primeiro deputado indígena da história do país, o Xavante Mário Juruna: de símbolo da presença reivindicativa "dos índios" em Brasília, com um início de mandato fulminante, acabou sucumbindo a uma carreira meramente orientada em seu benefício privado e de seus parentes mais próximos.

Mas é certo que, depois dele, nada será como antes. E a presença de pelo menos um índio na Constituinte, so-

brechado se estiver articulado e controlado pelo movimento indígena e das organizações de apoio a nível regional e nacional, poderá se constituir num ponto muito importante, mais do que simbólico, para os objetivos do **lobby** que procurará inscrever uma nova concepção dos direitos indígenas na Constituição.

Há oito candidatos indígenas à Constituinte, em sete unidades da federação, por três partidos diferentes. Eles têm em comum, diferenciando-os dos seus parentes de aldeia, um certo traquejo no mundo dos brancos, mas quase nenhuma militância partidária. Mas há diferenças também, quanto às circunstâncias de lançamento e apoio às suas candidaturas (ver pp. 8 e 9).

Os quatro candidatos pelo PT,

apoiados pela UNI e considerados candidatos do movimento **no** partido, contam com poucos recursos de campanha e um número desconhecido, mas certamente insuficiente, de votos indígenas para se eleger. E conseguir votos de não-índios nessas regiões da Amazônia, é sempre mais difícil.

Justamente com o eleitorado não-indígena é que contam, basicamente os demais candidatos, apoiados em alianças que lhes garantem, comparativamente, melhores infra estruturas de campanha.

Embora as campanhas estejam recém começando, e possam reservar surpresas, as chances eleitorais dos candidatos indígenas são poucas. É o que sugerem os dados da tabela abaixo.

Alguns dados para você avaliar as chances eleitorais dos candidatos indígenas à Constituinte

	AC	AM	DF	GO	RJ	RR	MT
População em 1985 (1)	358.000	1.728.000	1.579.000	4.453.000	12.767.000	104.000	1.408.000
População Indígena (aprox.) em 1984 (2)	5.000	51.000	—	4.000	30	30.000	8.200
População da Capital em 1980 (3)	117.103	633.392	1.176.935	717.526	7.082.404	67.047	212.984
Nº de eleitores cadastrados em 1986 (4)	144.661	630.863	732.549	2.143.157	7.297.811	49.724	580.483
Nº de representantes na Câmara dos Deputados	08	08	08	17	46	04	08
Coefficiente de votos necessários ao partido p/ eleição de um deputado federal em 1986 (5)	15.000	67.000	78.000	107.000	135.000	11.000	62.000
Porcentagem de votos necessários em 1986 (6)	10,6%	10,6%	10,6%	5%	1,8%	21,2%	10,6%
Porcentagem de votos obtidos em 82 no estado pelos partidos que apresentaram candidatos indígenas em 1986 (7)	(PT) 4%	(PT) 0,9%	(PDT)	(PMDB) 43%	(PDT) 25%	(PT)	0,1% (PDT)

(1) População residente projetada para 1985, in **Anuário Estatístico, IBGE, 1984.**

(2) CEDI — 1984

(3) População presente nas capitais, em 1980 in: **Anuário Estatístico, IBGE, 1984.**

(4) Tribunal Superior Eleitoral.

(5) O cálculo para a obtenção coeficiente é feito da seguinte maneira: o número total de eleitores de cada unidade da Federação já subtraídos, em média, 15% de votos em branco, nulos e abstenções — é dividido pelo número de deputados federais que compoem a banca do estado na Câmara. O coeficiente obtido pode ser considerado o total de votos necessários para que um determinado partido obtenha uma vaga de deputado federal, que será preenchida, dentre seus candidatos, por aquele que alcançar a maior votação.

(6) Em relação ao total de eleitores do estado.

Davi Yanomani, PT/RO, n.º 1325



Claudia Andujar

32 anos, aprendeu o português com missionários que trabalhavam com grupos de contato recente, presenciou o desaparecimento de boa parte dos seus parentes de aldeia, vitimados pelas doenças trazidas pelos trabalhadores que construíram a rodovia Perimetral Norte, cortando suas terras, no início dos

anos 70. Ingressou nos quadros da Funai acompanhando, por dez anos, frentes de atração de índios "arredios", como intérprete. Trabalhou em Boa Vista e em outras aldeias Yanomami, no atendimento de saúde. Foi escolhido candidato, juntamente com Gilberto Macuxi, durante reunião de lideranças indígenas em Boa Vista, em julho de 1986.

Idjahúri Karajá, PMDB/GO PMDB/GO, n.º 1525



José Varella/JB

"Índio Goiano na Constituinte" é o lema de campanha deste jovem de 24 anos, nascido na aldeia de Santa Isabel, Ilha do Bananal.

Formado técnico em Administração, trabalhou como chefe de posto e diretor da Casa do Índio da Funai, em Goiânia. Chegou ao PMDB via Ulysses

Guimarães e tem o apoio do ex-governador Íris Rezende e do senador Henrique Santillo. Promoveu o cadastramento eleitoral em aldeias de Goiás, espera contar com 4 mil votos indígenas e completá-los com o apoio de setores não indígenas, sobretudo de membros da Assembléia de Deus, da qual faz parte.

Gilberto Pedrosa Lima Macuxi, PT/RO, n.º 1323



Claudia Andujar

33 anos, aos 24 veio viver em Boa Vista, onde teve vários empregos. Desde 1986, mantém contatos com as lideranças indígenas de aldeia que vêm à capital do território encaminhar denúncias e reivindicações. A partir de 1985, passou a administrar a Casa de Apoio, mantida pela Igreja Católica local em Boa Vista, indicado pelos tuxáuas. Foi

também um grupo de tuxáuas que o indicou candidato, numa reunião havida em Boa Vista no dia 27 de julho de 86. Está comprometido com o "Programa Mínimo", com ênfase em algumas questões locais: proibição da entrada de garimpeiros, colonos e policiais nas áreas indígenas, e a grave questão da demarcação das terras Macuxi/Wapixana/Taurepang/Ingarikó e a criação do Parque Yanomami.

Biraci Brasil, Iauanauá PT/AC, n.º 1314



22 anos, natural da única aldeia de seu povo, às margens do Rio Gregório, município de Tarauacá, cursou o secundário em Rio Branco. Participou ativamente da luta da sua comunidade pela demarcação das terras, contra as pretensões da empresa Paranacre Agropecuária. Desde

1983, é membro da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Fundação Cultural, órgão do governo acreano. Um dos fundadores do regional Acre da UNI, tem representado a entidade em reuniões internacionais. Foi indicado candidato à Constituinte durante a 3ª Assembléia dos Povos Indígenas do Acre, em abril de 1986. Está comprometido com o "Programa Mínimo" coordenado pela UNI e apóia decididamente o movimento dos seringueiros pela criação de reservas extrativistas.

Mario Juruna, Xavante, PDT/RJ, n.º 1240



Tadashi Nakagomi

A saga do ex-cacique da aldeia de Namunkurá, que viu um branco pela primeira vez aos 16 anos e que trabalhou em fazendas disposto a conhecer a língua e os hábitos dos brasileiros, é por demais conhecida do grande público. O seu gravador, utilizado para registrar as promessas dos coronéis da Funai do período militar, tornou-se símbolo

de sua tenacidade e marca registrada de sua campanha (vitoriosa) à Câmara Federal pelo PDT do Rio de Janeiro, em 1982, quando elegeu-se com cerca de 30 mil votos. Tenta a reeleição, contando com os recursos do seu gabinete e a "puxada" de votos do candidato majoritário, o antropólogo Darcy Ribeiro.

Marcos Terena, PDT/DF, n.º 1210



Tude Munhoz/Abril Press

33 anos, nascido na aldeia Taunay (MS), chegou a cursar o 3.º ano de Administração de Empresas na PUC de Brasília e é piloto comercial de aviões e oficial da reserva da FAB. Foi presidente da UNI por dois anos, no início da organização, trabalhou na Funai e desde abril de 1985 é assessor de

assuntos indígenas no Ministério da Cultura. Chegou ao PDT graças ao apoio do antropólogo Darcy Ribeiro, candidato pedetista ao governo do estado do Rio. A inauguração do seu comitê eleitoral contou até com a presença do presidente da Funai, Romero Jucá F.º. Seus principais pontos de campanha são: a luta pela vida, contra a discriminação e pela defesa das terras indígenas. Prega também a indianização dos quadros da Funai, como condição para que o órgão possa cumprir sua missão de defender os índios.

Álvaro Tukano, PT/AM, n.º 1303



32 anos, nascido na aldeia São Francisco, região de Pari Cachoeira, no Alto Rio Tiquié (AM), passou pelas escolas da missão salesiana, até completar o segundo grau, em S. Gabriel da Cachoeira. Retornou às aldeias, como professor primário, entre 1972 e 76.

Depois, prestou serviço militar, em S. Gabriel e

seguiu para Manaus, S. Luiz e Belém, onde trabalhou e estudou para ingressar na Universidade. Passou a participar de reuniões de lideranças indígenas organizadas por grupos de apoio, no Brasil e no exterior.

Em junho de 1984, foi indicado para a Coordenação Nacional da UNI, durante assembléia indígena realizada em Goiânia. Foi lançado candidato durante uma Assembléia Ticuna, na aldeia Vendaval, em novembro de 1985, juntamente com Paulo Mendes, seu conterrâneo, candidato a deputado estadual. O lema da sua campanha é "Voz Indígena na Constituinte, junto com os trabalhadores". Está comprometido com o "Programa Mínimo" que ajudou a elaborar e promete lutar pela Reforma Agrária defendida pelos movimentos de trabalhadores rurais. Sua palavra de ordem, na língua tukano, é: "pete tuxtutuia!" "Traduzindo: "PT seja forte!"

Nicolau Tsererowe, Xavante, PDT/MT, n.º 1291

Líder e ex-cacique da aldeia D. Bosco, que apresenta também um candidato a deputado estadual pelo PDT na pessoa do cacique Augusto Werehite, participou ativamente da retomada de terras, iniciada em 1967, da atual Área Indígena Sangradouro, na época ocupada por particulares. Como outras lideranças Xavante, Nicolau, 45 anos aproximadamente, visita regularmente Brasília e outros centros urbanos.

N.R.: a reportagem não conseguiu contatá-lo, uma vez que ele acompanhava Gilson de Barros, ex-presidente da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados e candidato a governador pelo PDT no Mato Grosso, em campanha no interior do estado.

Por que discutir “Terras Indígenas” na Constituinte?

Lucy Paixão Linhares e
Antonio Carlos de Souza Lima

A pergunta acima talvez seja a primeira a surgir para aqueles que, sem tanta intimidade com a temática indígena, se proponham a pensá-la.

De fato, a questão indígena tem assomado à consciência pública nacional sobretudo em momentos de crise, por vezes envolvendo conflitos de terra entre índios e brancos, em regiões do interior do país, sendo tomada como uma questão de menor importância tanto para os planos oficiais quanto para o grande público, tanto para a esquerda como para a direita: afinal, trata-se de defender minorias que, todas juntas, somariam em torno de 200 mil indivíduos, a caminho “inexorável” da extinção, enquanto modos de vida diferenciados daquele da sociedade brasileira. A visão que concebe esses povos como incapazes de subsistirem enquanto tais, parece generalizada na sociedade, dos conservadores aos progressistas, passando pelas populações em contato direto com os índios; a todos parece, e obviamente por razões distintas, utópico ou absurdo, supor possível preservar a sua autonomia e a gestão do seu próprio destino. Dessa forma, se concebe esses povos como incapazes de subsistirem, ficaria legitimado um tipo de procedimento assimilacionista dos poderes públicos, isto é, ações que contribuíssem para sua paulatina dissolução como sociedades e culturas distintas da nossa, preservando-a tão somente na qualidade de indivíduos biológicos — o que seria muito, para alguns, diante da cruzada com que a história brasileira os tratou.

Um momento político fundamental na prática dessa ação levada a efeito pelo Estado, sem dúvida, foi a proposta do ministro Rangel Reis, em 1978, que pretendia “por decreto” emancipar da tutela do Estado as comunidades indígenas ou indivíduos prontos para isto, o que significaria transformá-los em trabalhadores sem terra, na medida

em que sua disputa se daria com forças em muito superiores às suas.

Esse acontecimento gerou uma grande mobilização da sociedade civil que passou a se organizar em entidades de apoio ao índio para, junto com as entidades confessionais, lançarem uma campanha nacional pelo cumprimento do Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/73), que previa um prazo de cinco anos para a regularização das terras de todos os povos indígenas no país.

Mais uma vez afastado o fantasma da emancipação, caiu a **demarcação** num relativo ostracismo para o campo político brasileiro, o qual vem, nos últi-

mos anos, sendo rompido pela crescente movimentação dos povos indígenas em luta frente ao quadro ostensivo de concentração fundiária e de conflitos agrários. Dentro dele, se considerarmos o volume total das terras indígenas, (de 8,37% a 9,68% do total das terras dos estabelecimentos produtivos do país, segundo dados de 1983), veremos que este movimento e estes conflitos são de grande significação.

Se estes são dados relevantes para a sociedade brasileira, o que dizer para as sociedades indígenas? O que para elas significa o acesso à terra? Ora, enquanto para os grupos dominantes da sociedade nacional a relação com a terra é perpassada pela questão da propriedade privada, surgindo para o

Labirinto burocrático: as muitas etapas para a demarcação

Atualmente, de acordo com o decreto nº 88.118, de 1983 — uma das jóias do chamado “entulho autoritário” — pelo menos dezoito instâncias, envolvendo a Funai/Minter, Mirad, CSN e a Presidência da República, separam os índios das garantias formais sobre o usufruto dos seus territórios.

O processo de demarcação das terras indígenas é um verdadeiro labirinto burocrático, com duração imprevisível, com idas e voltas e pontos de emperramento. O longo processo de demarcação de cada área deve se adequar aos interesses que as respectivas agências públicas representam em dado momento e às pressões políticas que seus membros são passíveis de sofrer e de exercer sobre as diversas forças e segmentos sociais interessados.

Além do labirinto, há que se considerar as constantes mudanças (na legislação e nas normas administra-

tivas) nessas inúmeras etapas, responsáveis por processos de demarcação com documentação bastante heterogênea, acarretando dúvidas e desencontros administrativos no interior da Funai. Juridicamente, diante dos foros públicos, tais inconsistências têm pesado a favor da grilagem das terras indígenas.

As fases do processo de demarcação são as seguintes:

1 — O Presidente da Funai assina portaria administrativa criando um **grupo de trabalho** (constituído de um antropólogo e um topógrafo) para fazer a identificação da área indígena.

2 — O relatório do grupo de trabalho e o levantamento fundiário da área em questão, elaborado por um funcionário do Incra, formam uma **proposta de delimitação** a ser encaminhada à Superintendência Regional da Funai.

3 — A Superintendência Regional aprova a proposta de delimitação e a encaminha para a Divisão de Assun-



direito brasileiro sobretudo como **terra habitada, efetivamente ocupada e explorada em limites definidos**, logo como bem econômico e, principalmente, **mercadoria**, para os povos indígenas ela apresenta significados muito distintos: para estes povos, a **terra não se constitui em mercadoria**, não se acha discriminada em limites rigorosamente fechados, determinando-se assim formas de exploração econômica muito diferentes da nossa, sendo, para além do espaço onde obtém sua subsistência, um suporte fundamental para a manutenção de sua cultura e, logo, de sua sociedade, como diferentes da brasileira.

Não é, portanto, à toa que muitos grupos indígenas cuja autodesignação

— identidade — tribal havia sido abandonada, em função das pressões sofridas pela ação dos regionais — como é o caso, principalmente, de grupos do Nordeste, há mais tempo, submetidos à dominação do colonizador —, retomam sua qualidade de se reconhecer e de serem reconhecidos como diferentes de brancos e de outros grupos indígenas, detentores de uma história própria (sua **etnicidade**, como a chama a Antropologia) ao mesmo tempo em que lutam por suas terras. É, assim, o acesso à terra e sua forma de exploração, a condição primeira da existência dessas sociedades enquanto indígenas.

Mas, apesar disso, de reconhecida a importância do tema para índios e

brancos, por que levantá-lo num Congresso Constituinte?

Em primeiro lugar, porque estará sendo formulada a Carta básica reguladora do estabelecimento dos poderes públicos, logo, das vias de relacionamento entre o Estado e a sociedade, da qual decorrerá toda a legislação ordinária que, pelo caráter de Congresso Constituinte, poderá estar sendo formulada simultaneamente à própria Constituição.

Neste cenário, estarão presentes forças sociais variadas, representadas de forma desigual, em luta por definições no contexto constitucional que venham a beneficiá-las, campo onde estarão em jogo, sobretudo, formas mais/menos democráticas de participação política, no qual o Estado tem um papel destacado, ao ser investido de poderes variados: tanto mais importante ele é, para a questão, se lembrarmos que os povos indígenas não têm acesso à cidadania plena, sendo legalmente tutelados e protegidos pelo Estado.

Assim, a questão da demarcação das terras indígenas, se coloca como um **item** a mais dentre aqueles referentes à participação democrática da sociedade no Estado, e necessariamente aparecerá de forma distinta para os diversos grupos sociais em disputa pela terra, sejam posseiros, grandes proprietários rurais, mineradores, etc.

Em segundo lugar, porque se coloca o problema da natureza do direito indígena à terra: se direito natural, advindo de sua condição de índio, escudado no fato de serem os primitivos donos do território brasileiro, do qual vêm sendo expoliados há mais de quatrocentos anos, preexiste a quaisquer atos administrativos do Estado, implicando na nulidade dos títulos de propriedade pendentes sobre as terras, logo inviabilizando qualquer pedido de indenização por parte de seus ocupantes não-índios; se fruto de uma reivindicação por parte dos índios, depende de uma

ção de terras indígenas

tos Fundiários da Funai, em Brasília.

4 — A Divisão de Assuntos Fundiários aprova a proposta e leva ao Presidente da Funai que a encaminha ao **Grupo de Trabalho Interministerial**, criado pelo decreto n.º 88.118.

5 — O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Mirad — aprova a proposta de delimitação.

6 — O Ministério do Interior — Minter — aprova a proposta de delimitação.

7 — A Funai, representantes do Mirad, do Minter, e do CSN se reúnem e aprovam a proposta de delimitação, redigindo um **parecer conclusivo**, uma exposição de motivos e uma minuta do decreto presidencial.

8 — O ministro do Interior assina o encaminhamento da proposta.

9 — O ministro do Mirad assina o encaminhamento da proposta.

10 — O Presidente da República assina o **decreto de delimitação** da área indígena.

11 — Uma portaria da Funai cria grupo de trabalho para formulação da **proposta de demarcação**.

12 — Os invasores são retirados (e indenizados, se for o caso) e procede-se à regularização fundiária (supressão dos títulos de propriedades incidentes).

13 — O relatório do grupo de trabalho de demarcação é enviado à uma reunião do GT interministerial para **aprovação da demarcação** e elaboração do parecer conclusivo.

14 — O ministro do Mirad assina.

15 — O ministro do Interior assina.

16 — O Presidente da República assina o **decreto de homologação da demarcação**.

17 — A área indígena é **registrada no cartório** de imóveis do (s) respectivo (s) município (s) em que se encontra.

18 — É feito o **registro** da área indígena no **Serviço de Patrimônio da União** (SPU).

(Nota da Redação)

ação do Estado no sentido de reconhecer sua validade.

Apesar da retórica no primeiro sentido, a realidade das forças sociais e, como se disse acima, a própria legislação, fazem o prato pender no segundo sentido, mesmo porque o problema da demarcação de terras indígenas se coloca na medida da expansão capitalistas do Brasil, no bojo da qual não apenas índios, mas também a massa camponesa são expropriados das suas ter-

ras, o que impõe ao Estado a responsabilidade de lhes salvaguardar os direitos.

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS :

Em primeiro lugar, na medida em que os tópicos relativos aos povos indígenas são parte dependente e necessariamente subordinada ao "feitio" mais geral do texto constitucional, há que se lutar por uma Constituição que amplie os instrumentos jurídicos de

controle da sociedade civil, dos dominados (nos quais podemos inserir parcialmente os povos indígenas), sobre o Estado, garantindo ao máximo sua participação democrática no poder.

Em segundo lugar, como a questão das terras indígenas acha-se submetida a pontos mais gerais relativos à questão indígena (a própria definição do ser índio ou a de comunidades indígenas, de sua nacionalidade e acesso à cidadania, bem como suas formas de representação frente ao Estado brasileiro), estes devem vir precisados no mesmo sentido de lhes garantir ao máximo a participação e controle sobre o acesso à terra. Não se deve, portanto, condicionar ao poder de um único órgão da administração federal a tarefa de proteger e tutelar os povos indígenas, mas democratizá-la, reconhecendo-a enquanto direito dos próprios povos indígenas e seus representantes escolhidos, bem como facultando-o, mediante acordo com os mesmos, a entidades confessionais e científicas.

Em terceiro lugar, no sentido de garantir e resguardar as terras indígenas, elas devem ser consideradas inalienáveis e propriedade da União. Às comunidades indígenas deve caber a posse da terra e o usufruto e a exploração exclusiva das suas riquezas florestais, fluviais e lacustres, assim como das riquezas minerais existentes no subsolo de suas áreas.

Em quarto lugar, deve caber ao Ministério Público a defesa das terras indígenas e dos recursos naturais nelas e em seu subsolo existentes, resguardando-se às comunidades indígenas o direito de serem partes legítimas para acionar o poder judiciário, em defesa de suas terras e recursos naturais e os de seu subsolo.

Um quinto ponto é a necessidade de reconhecer aos trabalhadores sem terra em áreas indígenas que ainda não tenham sido demarcadas, o direito não só de indenização às benfeitorias que tenham feito em suas terras, bem como ao reassentamento em condições dignas, promovido pelos poderes públicos.

Este seriam pontos fundamentais, ao nível da Constituição, para o deslanchamento de um processo de lutas por uma legislação ordinária que viabilize e dê seguimento à regularização fundiária das terras indígenas enquanto ação sistemática e seqüenciada.

Lucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima são Estagiários do Museu Nacional e pesquisadores do **Projeto Estudo, Sobre Terras Indígenas no Brasil (P.E.T.I.)**, Convênio CEDI/PPGAS.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual **Cz\$ 30,00**

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação**
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.**

Do lado de baixo do chão

“Como se pode mexer no que está debaixo da terra, sem mexer com quem está em cima da terra?”
(*tuxaua Dico, dos Sateré-Mawé, Amazonas*).

Carlos Alberto Ricardo

Empresas de mineração querem as riquezas do sub-solo das terras indígenas. É o que demonstra, com detalhes, a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos CEDI/Conage. E este promete ser o ponto de pressão mais agudo por parte dos interesses antiindígenas na Constituinte, como já demonstraram as discussões na Comissão Afonso Arinos e no grupo de trabalho de reformulação do Código de Mineração.

O governo atual, da chamada Nova República, insiste em introduzir dispositivos legais que permitam a mineração em terras indígenas, como previa o decreto-lei 88.985, promulgado pelo governo Figueiredo, em novembro de 1983. Na ocasião, organizações civis de apoio aos índios protestaram contra a medida, defendendo os direitos dos índios sobre seus territórios, que devem ser preservados na sua totalidade, incluindo solo e sub-solo. Por representação de lideranças indígenas, o procurador-geral da República arguiu a inconstitucionalidade do decreto, conforme processo que está ainda tramitando no Supremo Tribunal Federal.

Independentemente da questão da inconstitucionalidade, o decreto não poderia ser aplicado sem sua regulamentação (requerida em seu artigo 9º), a ser preparada pela Funai, o que não ocorreu. Em função disto, a mineração em áreas indígenas (pesquisa e lavra) continua totalmente ilegal.

No entanto, um grupo de estudos

formado por antropólogos do CEDI e geólogos da Conage (Coordenação Nacional dos Geólogos), após minucioso levantamento com base em informações oficiais, apurou que, em março de 1986, havia nada menos que 537 alvarás de pesquisa liberados pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia) incidindo sobre aproximadamente 3.771.417 ha de terras indígenas na Amazônia.

Os ministros prometeram apurar e revogar, mas parece que vão legalizar o que está irregular

O dossiê completo da situação (ver resumo no **box**) foi entregue no dia 15 de abril passado, aos ministros do Interior e das Minas e Energia, pelo coordenador nacional da UNI (União das Nações Indígenas), pelo presidente da Conage, pela presidente da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e pelo secretário-geral do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). O teor do dossiê teria surpreendido os ministros, que se haviam comprometido, em setembro de 1985, a não conceder alvarás em áreas indígenas, tendo sustado, na época, o encaminhamento de 127 requerimentos de pesquisa mineral incidentes em áreas indígenas. O



ministro Aureliano Chaves prometeu, então, verificar as informações, em conjunto com o ministro do Interior e revogar os alvarás que incidissem em áreas indígenas “adequadamente descritas”. As providências exigidas pelas entidades incluíam também a apuração de responsabilidades e a revogação do decreto 88.985.

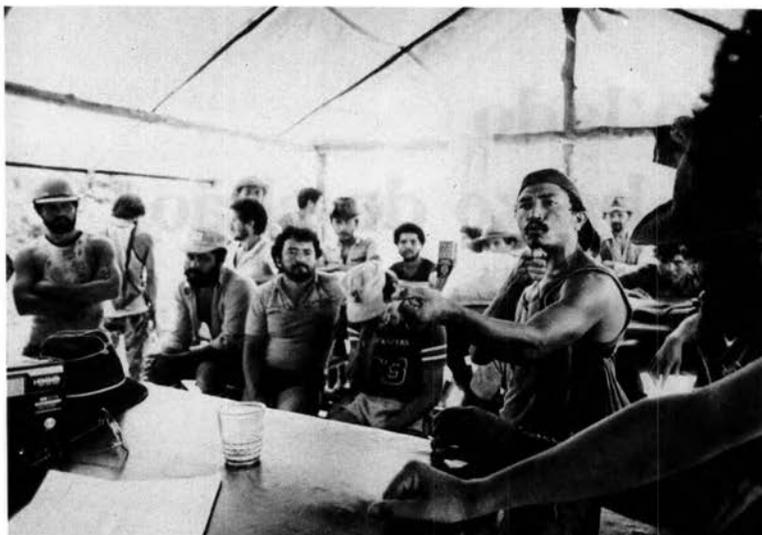
Dois meses depois, a 10 de junho, os ministros envolvidos divulgaram uma portaria conjunta (n.º 692) anunciando a criação de um grupo de trabalho para inventariar a questão e apresentar “as providências necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 9º do Decreto n.º 88.985/83”. Isto é, anunciavam sua intenção de regulamentar a mineração empresarial em terras indígenas, com base num decreto que faz parte do chamado entulho autoritário, antes mesmo da Constituinte!

A luta da UNI e de várias organizações de apoio aos direitos permanentes dos povos indígenas no Brasil, neste momento, é pela revogação dos alvarás ilegalmente concedidos, pela apuração e punição dos responsáveis, pela revogação do decreto 88.985 e, sobretudo, pela transferência desta definição para o período da Constituinte.

A partir de março de 1987, estão reservadas novas e grandes dificuldades para a consolidação dos direitos indígenas sobre suas terras e recursos naturais. Em geral, pelo (previsto) espectro hegemonicamente conservador do futuro Congresso e, especificamente, pela capacidade de **lobby** das empresas privadas — sobretudo através do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) — das empresas estatais a nível federal e regional e das chamadas as-



Carlos Dias



Enquanto as empresas de mineração loteam as terras indígenas em Brasília, garimpeiros organizados por empresários do ramo invadem as áreas, como o Garimpo do Rio Novo, dentro da Al Yanomami, Roraima (foto ao lado) ou na Serra do Traira (AM), afetando as terras dos Tukano (fotos acima).

presentantes do DNPM, da Abemin, empresas estaduais de mineração, do Ibram, empresas privadas, da Faemi, engenheiros de minas e da Sociedade Brasileira de Geologia), votaram contra e, na seqüência, aprovaram proposta

encaminhada pela Faemi de se permitir a exploração dos bens minerais em sub-solo indígena, levando-se em conta a cultura e a tradição dos povos indígenas, assegurando suas participações nos resultados da lavra, ouvidas

O dossiê CEDI/Conage

Há 537 alvarás de pesquisa dentro de terras indígenas concedidos ilegalmente, abrangendo mais de 3,5 milhões de ha.

Os interesses das empresas mineadoras que estão por trás da insistência dos órgãos governamentais em regulamentar a mineração em terra-indígenas foram analisados no dossiê **"Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia"** (57 páginas, além de mapas), elaborado pelo grupo de estudos CEDI/Conage. Trata-se de um levantamento detalhado dos **requerimentos** (solicitações de autorização de pesquisa mineral e concessão de lavra feitas junto ao DNPM) e dos **alvarás** (diplomas legais fornecidos pelo DNPM e publicados no **"Diário Oficial da União"**, autorizando o requerente a exercer pesquisa mineral em determinada área) incidentes em terras indígenas, com base em dados oficiais do Prosig (Programa de Informação Geológica)/DNPM. A pesquisa abrange 302 áreas indígenas, situadas nos estados do Acre, Amazonas, Mara-

nhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e nos territórios do Amapá e Roraima. Resumidamente, o dossiê revela os seguintes dados:

— 77 das 302 áreas indígenas da Amazônia estão afetadas em 34% de sua extensão total, por alvarás de pesquisa já concedidos, em número de 537 e por requerimentos de pesquisa, que somam 1.732 processos em tramitação. As terras indígenas dos estados do Pará (com 208 alvarás e 357 requerimentos) e de Rondônia (165 alvarás e 124 requerimentos) são as mais atingidas; destaca-se ainda, a grande quantidade de requerimentos no estado do Amazonas (465 requerimentos) e no Território Federal de Roraima (589 requerimentos); a T.I. Yanomami, como mostra o cartograma reproduzido acima, está quase totalmente requerida.

— Contrariamente ao que prevê o decreto 88.985, que autoriza preferencialmente a entrada de empresas estatais, o dossiê mostra que 50% dos alvarás concedidos favorecem grupos privados nacionais, 40% a gru-

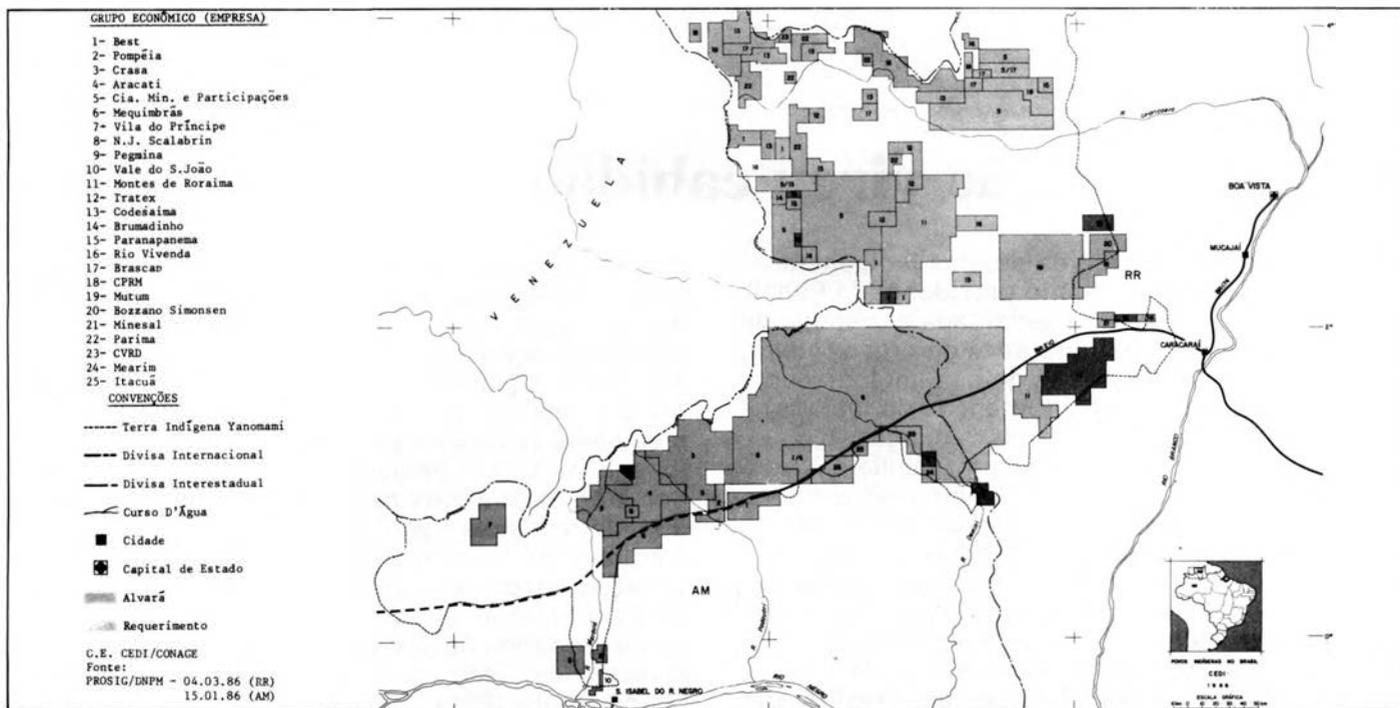


Claudia Andujar

sociações de garimpeiros, freqüentemente dominadas por empresários da garimpagem.

Aliás, apontam, neste sentido, as discussões havidas a respeito da questão no grupo de trabalho criado pelo ministro das Minas e Energia, em abril de 1985, para elaborar um anteprojeto de revisão do Código de Mineração e na Comissão de Estudos Constitucionais, a chamada Comissão Afonso Arinos, neste ano.

No primeiro caso, foi derrotada a proposta defendida pelo representante da Conage de se considerar os bens minerais existentes no sub-solo de terras indígenas como "Reserva Nacional", cuja exploração somente poderia ser realizada com o consentimento das respectivas comunidades indígenas, referendada pelo Congresso Nacional e para aquelas substâncias minerais comprovadamente escassas no país. Todos os demais membros do GT (re-



Cartograma do território Yanomami, totalmente loteado por empresas.

a Funai e a respectiva comunidade indígena.

Quando os "notáveis" da Comissão Afonso Arinos se debruçaram sobre a questão dos direitos indígenas no anteprojeto de Constituição, a abertura

do sub-solo das terras indígenas às atividades de exploração mineral foi o ponto de destaque da matéria.

Depois de muita polêmica, o texto aprovado reconhece aos índios o usufruto exclusivo das riquezas naturais

existentes no subsolo de suas terras, mas prevê uma exceção, "quando haja relevante interesse nacional, assim declarado pelo Congresso Nacional para cada caso, desde que inexistam reservas conhecidas e suficientes ao consumo interno, exploráveis, da riqueza mineral em questão, em outras partes do território brasileiro". Nos casos assim definidos, a pesquisa, lavra ou exploração de minérios em terras indígenas só poderia ser feita pela União, uma vez a terra em questão demarcada e registrada no SPU (Serviço de Patrimônio da União), sem a remoção do grupo indígena e com o pagamento de percentuais sobre o faturamento do negócio em seu benefício.

Mesmo assim, é voz corrente entre vários membros da Comissão e entre observadores que têm acompanhado os trabalhos da "Afonso Arinos", que as posições finalmente aprovadas sobre as diferentes matérias constitucionais são "progressistas", comparando-se com o que se espera da composição do futuro Congresso Constituinte (que seria hegemonicamente conservador).

Assim sendo, por "realismo" ou por convicções de princípio mesmo, é bom ir pensando e articulando alternativas para a defesa intransigente, pura e simples, do "usufruto exclusivo", pois a frente ampla que a sustenta no momento, parece que não resistirá a 15 de novembro.

Carlos Alberto Ricardo é antropólogo e coordenador de "Povos Indígenas no Brasil"/CEDI

pos privados multinacionais e os restantes 10% a grupos estatais. No primeiro grupo destacam-se as seguintes empresas: Brumadinho (com 34 alvarás), Paranapanema (33), Ceriumbrás S/A Min. e Metais (13), Min. Macaúbas Ltda (13), Carbonífera Criciúma (10) e Jaruana Min. Ind. e Com. Ltda (10). Entre multinacionais, destacam-se a Anglo American/Bozano Simonsen (com 117 alvarás, dos quais 104 incidem em terras indígenas de Rondônia) e o grupo Brascan British Petroleum (76 alvarás, sendo 57 em terras indígenas do Pará). No último grupo, estão as estatais federais CVRD (com 26 alvarás), CPRM (21), Petrobrás (4), além das estaduais Codesaima (1) e Propará (1). — Quanto ao uso efetivo dos direitos de pesquisa conferidos pelos alvarás em vigor, pode-se dizer, com base nas fontes oficiais utilizadas no dossiê, que, na maior parte dos casos (54,8%), as empresas já iniciaram (ou concluíram, ou estão solicitando renovação) suas atividades de pesquisa. As restantes não comuni-

caram ao DNPM o início de suas atividades nas áreas.

Os alvarás de pesquisa que incidem em terras indígenas, atualmente em vigor, foram deferidos entre 1980 e 1985. O dossiê, que abrange este período, evidencia o aumento crescente do número de alvarás expedidos a partir de 1983, acompanhando o aumento geral de requerimentos, das empresas, como reflexo das expectativas geradas pelo decreto 88.985. Assim, apesar do impedimento legal, 351 alvarás incidentes em áreas indígenas foram concedidos entre 1983 e 1985. O dossiê evidencia também um pico no segundo semestre de 1985, quando 30% do total de alvarás incidentes em terras indígenas, foram concedidos, coincidindo com a Portaria 980, de 15.07.85, que delegou poderes ao diretor geral do DNPM, José Belfort do Santos Bastos, para assinar alvarás de pesquisa. Nesta época, a imprensa chegou a noticiar um "mutirão" interno ao DNPM, para a liberação de alvarás acumulados.

Funai: descentralização virou cabidão

Propalada como salvação da política indigenista — depois da queda do quinto presidente da Funai, só no governo Sarney — a decantada estratégia de “descentralização” administrativa do órgão tutelar, passados apenas três meses da sua implantação, parece que já deu “xabú”. A intenção da medida, conforme seus idealizadores, de “enxugar” o quadro de servidores da Funai em Brasília e fortalecer as novas superintendências regionais para atender às demandas indígenas localmente e evitar a constante presença de índios na capital federal, parece ter fracassado: o número global de funcionários do órgão em todo país pulou de 3 mil para mais de 4.200, após 15 de maio (data da Portaria n.º 695, do presidente da Funai, de reestruturação do órgão)! Na sede em Brasília, são mais de 200, ao invés dos 60 pretendidos, além

dos 46 que estão em casa, recebendo seus vencimentos, à espera de uma recolocação em outros órgãos da administração federal, conforme informações veiculadas pelo jornal **O Estado de São Paulo** (17.08.86).

Até o momento, a obra da administração do presidente Romero Juca Filho à frente da Funai, foi consolidar um tremendo cabidão de empregos. Somente na sua terra natal, em Pernambuco, a Superintendência Regional já conta com 400 funcionários. Num ano eleitoral como este, tal situação, ainda que venha a ser “corrigida” depois de 15 de novembro, deve agradar os correligionários do seu padrinho de cargo, o ministro da Casa Civil, também pernambucano, Marco Maciel (PFL).

Nicarágua: autonomia para os povos da Costa Atlântica



Numa iniciativa inédita nas Américas, o governo sandinista promoveu, de 13 a 15 de julho de 1986, o “Simpósio Internacional sobre o Estado, Autonomia e Direitos Indígenas”, realizado em Manágua. Mais de 200 participantes discutiram e aprovaram o “Projeto de Autonomia da Costa Atlântica da Nicarágua”, destinado às etnias que habitam essa parte do território nicaraguense. Ocupando 56% do território do país, os quase 300

mil habitantes dessa região representam 9,5% de sua população nacional, dividido entre os povos Miskitos (a etnia mais numerosa), Criollos, Sumus, Garifonas e Rama, além dos “mestiços”. Região de colonização inglesa, a Costa Atlântica guarda uma série de diferenças em relação à Nicarágua hispana. Essas diferenças foram utilizadas e instrumentalizadas por grupos contra-revolucionários, financiados e dirigidos pela CIA e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, interessados na derrubada do governo socialista da Nicarágua. O “Projeto de Autonomia” visa preservar as especificidades culturais, sociais e linguísticas desses povos através da constituição de governos regionais com uma maior autonomia política — outra novidade nas relações dos povos indígenas com estados nacionais — porém sem esquecer o imperativo da defesa da unidade nacional, preocupação compreensível para quem enfrenta uma guerra em suas fronteiras. Os documentos do Simpósio tornam-se ainda mais interessantes devido ao reconhecimento, feito por representantes do governo sandinista, dos erros cometidos pela revolução na região em função da necessidade de se combater os movimentos armados dos “contra” (revolucionários). Quem se interessar e quiser mais material sobre o assunto pode se dirigir à Comissão Pró-Índio de São Paulo — Rua Ministro Godoy, 1484, CEP 05015, São Paulo, tel. (011) 864-1180.

Campanha do Javari



Na última reunião da SBPC, realizada em Curitiba, o Cimi, Opan e as Equipes Indigenistas das Prelazias do Alto Solimões e Tefé lançaram uma Campanha pela demarcação da Área Indígena Javari.

O Vale do Javari, localizado no extremo oeste do Estado do Amazonas, região do Alto Solimões, constitui o habitat tradicional de diversas etnias cujas culturas, costumes e valores são praticamente desconhecidos da sociedade nacional.

Nesta região se localiza atualmente uma população superior a 3 mil índios, distribuídos entre os povos Matsés, Marúbo, Matis, Kanamarí, Kulina, Tsohom Djapá, Korubo, além de vários outros povos isolados e totalmente desconhecidos. À política indigenista oficial desenvolvida nesta área, que nunca atendeu às reais necessidades destes povos, arrastando há vários anos a questão da demarcação das terras, somam-se as constantes invasões de territórios indígenas pelas frentes extrativistas (madeira e

seringa) e pelos trabalhos de prospecção da Petrobrás. Tais invasões têm provocado conflitos que vitimaram vários índios e não-índios, sendo que estes conflitos tendem a se intensificar devido ao crescimento econômico da região do Alto Solimões.

As propostas básicas da Campanha são: A retirada imediata de todos os invasores da A.I. Javari, fazendo respeitar a portaria de interdição da Funai, agilizar o processo de delimitação e demarcação definitiva da área; a elaboração de uma política indigenista voltada para os índios, concentrando a sua situação na assistência dos grupos já contatados; o reassentamento dos não-índios em outras áreas; e a divulgação da realidade dos índios do Javari, até hoje praticamente desconhecidos, no sentido de se obter maior apoio na sua luta pela sobrevivência. Os organizadores da Campanha esperam contar com o apoio das pessoas e entidades que desejam contribuir para que os povos indígenas do Javari tenham direito às suas terras e à vida. Pedem para que sejam enviados telegramas às autoridades brasileiras (Presidente da República, Minter e Mirad) em apoio às medidas propostas pela Campanha. E que os interessados colaborem na divulgação da realidade dos povos indígenas do Javari.

Material da Campanha:

“Povos Indígenas do Vale do Javari” — revista com 60 pp., Manaus, 1986 — conta a história e a situação atual em que vivem esses índios, com fatos, mapas e tabelas.

Panfletos — “Campanha Javari — Pela Sobrevivência dos Povos Indígenas do Vale do Javari”.

Endereço para contato:

Edifício Venâncio III, sala 311
Caixa Postal 11.1159
70084 — Brasília — DF
tel: (061) 225-9457

E o Parque Yanomani?

Sob intensa campanha, em Roraima e na Câmara Federal, contra a criação do Parque Indígena Yanomami, e os ataques contra a CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomani) e a Igreja — em dezembro de 1985, foi apresentado, pelo senador Sévero Gomes (PMDB-SP) um Projeto de Lei, sob o n.º 379/85, para a criação do referido Parque, de acordo com a proposta CCPY/FUNAI de 1984. No início de 1986, o senador fez consultas sobre a aceitação do Projeto de Lei e soube que, por razões de “soberania nacional”, havia nas cúpulas

militares fortes resistências à criação de parques indígenas em área de fronteira internacional (caso da área Yanomami). Em vista disso, estuda-se uma emenda ao projeto, propondo a criação de uma área de preservação permanente, enquadrando assim os nove milhões de hectares onde vivem os Yanomami como área de preservação perene, e constituindo uma espécie de reserva verde para o futuro da humanidade, mantendo as características do Parque.

LEVANTAMENTO

POVOS INDÍGE

No seu oitavo ano de atividades, a equipe do Programa segue com suas publicações e se prepara para agilizar o acesso das informações acumuladas pelos colaboradores, considerando também o tempo da Constituinte.

Quando sai o próximo volume? Já saiu o **Aconteceu/85**? Quantos volumes já saíram? Será que vocês vão conseguir completar a coleção? Essas são as perguntas mais freqüentes que chegam ao CEDI, por carta, ou são dirigidas diretamente às pessoas do CEDI, por quem acompanha, à "meia distância", as atividades do ambicioso programa "Povos Indígenas no Brasil".

Para os chamados colaboradores diretos (antropólogos, missionários, in-

digenistas, fotógrafos, etc.) no entanto, "devagar e sempre", com avanços desiguais dependendo da região do país, o projeto dessa "pesquisa-movimento" vai sendo cumprido.

Nascido em 1978, durante a campanha contra a falsa "emancipação dos índios" pretendida pelo governo federal, o **Levantamento da situação atual dos povos indígenas no Brasil** consolidou uma extensa rede de colaboradores envolvidos na produção, edição, distribuição e uso de informações básicas como contribuição à luta por direitos permanentes dos 170 povos indígenas que vivem no país.

Além das publicações que já saíram (ver **box** abaixo), no momento está no

prelo o **Aconteceu/85**. Logo em seguida, segue para a gráfica o segundo tomo do volume **Sudeste do Pará**, referente aos povos que vivem na bacia do Rio Xingú. A partir de outubro, a equipe de edição dedicará seus esforços principais à finalização do volume de **Roraima I** (lavrado e serra), dará início à montagem da versão preliminar do **Roraima II** e reformará o **Boletim**.

Além das publicações, ao longo desses anos, a equipe do CEDI tem se ocupado de constituir, organizar e atualizar um **arquivo** (que inclui relatórios de área e outros documentos avulsos, entrevistas gravadas, recortes de imprensa, mapas e fotos) e uma **biblioteca** de referência. Por solicitações externas, temos atendido a vários pedidos de as-

PUBLICAÇÕES DA SÉRIE



Uma leitura indispensável para todos que apóiam a luta dos povos indígenas por direitos permanentes.

NAS NO BRASIL

essoria por parte de grupos e instituições de apoio, de comunidades indígenas particulares e da UNI. Temos feito pesquisas especiais sobre alguns temas, como por exemplo, aquela que resultou no dossiê "Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia" (1986), fruto do trabalho de um grupo que contou com geólogos da Conage, ou o "Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil (invasões, uso do solo e recursos naturais)", em conjunto com uma equipe de antropólogos do Museu Nacional/RJ, atualmente em curso.

Finalmente, temos apoiado algumas iniciativas locais de colaboradores no sentido da sistematização, edição e publicação dos conhecimentos que

têm acumulado nos seus trabalhos, bem como atendido inúmeras solicitações individuais de informações qualificadas.

Temos em conta que a especificidade do acervo acumulado pelo CEDI / "Povos Indígenas" está menos no volume do material e mais no fato de que a documentação reunida é, em grande parte, a expressão do movimento de cooperação das várias categorias de colaboradores com a proposta do programa. Ou seja, a especificidade está na construção da "mistura", na mistura mesma e no uso de informações qualificadas a partir do corte (político) das alianças que se fez, dentro do extenso campo dos intermediários que trabalham com índios no Brasil. Sobre

este ponto, cada parte envolvida no **Levantamento** certamente dispõe, na sua Instituição de origem (igrejas, universidades, organizações de apoio regionais, etc.), arquivos (corporativamente) mais completos e sistemáticos. Isso, sem falar da imensa massa de documentos burocraticamente (des)organizada, expressão da(des) continuidade do indigenismo oficial. Com a preocupação de viabilizar uma recuperação mais rápida da documentação existente no nosso arquivo, considerando também o tempo da Constituinte, estamos processando-a com o auxílio da informática (por autor, povo, terra indígena, município, área do levantamento, tipo de documento e outras variáveis).

Plano da Obra

Povos Indígenas no Brasil é uma obra composta de 18 volumes que sistematiza os resultados de uma ampla pesquisa-movimento, envolvendo antropólogos, missionários, indigenistas, índios, fotógrafos, linguistas, jornalistas, médicos e outros, sobre os povos indígenas que existem hoje no Brasil. Cada um desses volumes contém texto, fotos, iconografias, mapas, documentos, depoimentos e fontes sobre os povos indígenas existentes em cada Área. Além dos livros, que vão saindo aos poucos, anualmente se publica um número do ACONTECEU ESPECIAL, com informações sobre os povos indígenas de todo o país. Desde o n.º 14 (1983), o ACONTECEU está organizado internamente segundo as mesmas "Áreas" da série de livros, funcionando assim como uma espécie de "livro do ano", um espaço para atualizações permanentes.

Todas essas publicações podem ser conseguidas no CEDI

Av. Higienópolis, 983 01238 São Paulo, SP Brasil tel.: (011) 66.7273
Rua Cosme Velho, 98 — fundos 22241 Rio de Janeiro, RJ Brasil tel.:
(021) 205.5197

IGENAS



A hora da CUT

José Ricardo Ramalho/CEDI



Nos grupos de trabalho o primeiro "round" entre as propostas dirigentes.

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho e Neide Esterci

O 2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, foi um dos mais significativos eventos políticos deste ano de 1986. Reunidos no Rio, durante quatro dias, 5.181 representantes da classe trabalhadora do campo e da cidade, organizados em torno da CUT, deram uma demonstração de inegável vitalidade. Eram 1.860 delegados da área rural, 1.250 do setor de serviços, 991 de associações (de funcionários públicos e outros) e 1.080 delegados de sindicatos operários.

Embora, para este Congresso se admitissem delegados de oposição, representando grupos contrários a diretorias não seguidoras da CUT, a presença de sindicatos cutistas, eleitos em assembléias convocadas pelas diretorias, não deixava margem de dúvida quanto à força emergente da Central.

Além dos delegados, o 2º Congresso mobilizou um grande número de assessores, sem voz nem voto, e outros tantos observadores, convencidos da importância de mais esse passo dado no sentido de sedimentação deste novo espaço de organização da classe trabalhadora. Também não faltaram representantes de partidos, especialmente convidados a participarem da abertura dos trabalhos, nem faltaram representantes estrangeiros, personalidades e entidades ligados aos trabalhadores no Brasil e no mundo.

Nos meios de comunicação, os ecos deste acontecimento chegaram fortes. De fato, enquanto as lideranças da CUT estavam completamente absorvidas pela questão crucial da escolha da nova executiva da Central, com a definição do papel político do sindicalismo e com o plano de lutas da classe trabalhadora, a imprensa veio entrevisitar-se com estas mesmas lideran-

ças para saber sobre o livro de caixa da entidade...

Atitudes como esta expressam, sem dúvida, o fato de que a linha sindical que a CUT representa desagrade aqueles setores da qual a grande imprensa é porta-voz; expressa também o fato de que a lógica que informa o pensamento político das atuais elites não lhes permite reconhecer o peso real das organizações de trabalhadores na discussão das questões e na construção dos destinos do país.

Não só em termos numéricos, como se constata nos dados acima, mas também por razões mais estritamente políticas, a participação dos trabalhadores rurais foi decisiva. Se, nos Congressos que reúnem trabalhadores do campo e da cidade, há sempre um certo folclore em torno da presença dos "rurais", desta vez no Rio, os trabalhadores do campo vieram em condições de, através de algumas lideranças expressivas, atuar no debate e fazer-se repre-

sentar efetivamente na Executiva Nacional da entidade. No Congresso que criou a CUT em 1983, os trabalhadores rurais se ressentiam do não comparecimento da Contag, então seu referencial organizativo mais forte; em 1986, confirmou-se a penetração significativa da CUT no campo, marca de uma nova referência e de uma identidade política que se consolida. Acresce o fato da conjuntura nacional ter colocado a reforma agrária como bandeira de consenso entre os trabalhadores, o que reforçou ainda mais a posição dos delegados rurais na CUT. Não houve intervenção no plenário ou nos grupos, que referindo-se à reforma agrária não fosse alvo de imediata onda de aplausos e total aprovação. Os organizadores do Congresso captando o poder catalizador do tema, realizaram um **Tribunal da Terra**, do qual participou um júri composto por figuras respeitáveis pelo seu reconhecimento público e pelo compromisso com as causas sociais; entre as testemunhas, homens e mulheres atingidos pela violência dos proprietários através da invasão de suas terras e do assassinato de suas lideranças. O tribunal, como num grande espetáculo, reafirmou a condenação do Estado e dos grandes proprietários de terra pelos crimes cometidos contra o povo brasileiro. A crueza da situação dos trabalhadores rurais comoveu a todos e se transformou no grande assunto do 2º Congresso.

Evidentemente, a unanimidade em torno da reforma agrária não se manifestou com respeito a outros temas tratados nas teses apresentadas pela Executiva Nacional da CUT, e tomados como base para a discussão nos grupos. Todos os grupos políticos que se fizeram representar no Congresso, distribuíam sua carta de princípios e propostas de soluções para os problemas mais candentes. Alguns pequenos grupos com seus militantes preparados para fazer intervenções, conseguiram fazer passar suas propostas usando expedientes pouco coerentes para quem se supunha estivesse interessado no futuro da CUT e não de seu pequeno grupo. Algumas dessas propostas, mais radicais e inexequíveis, mesmo aprovadas num ou noutro grupo, acabaram rejeitadas no plenário final. A maioria dos delegados, por exemplo, reafirmou a CUT como uma entidade sindical e não como um partido político, rejeitando a proposta de que se deveria indicar candidatos para a Constituinte e fazer campanha por eles. Com respeito aos trabalhadores sem terra, decidiu-se pelo apoio incondicional

aqueles que estivessem ocupando terras ociosas, sem no entanto, exigir da CUT a liderança do processo de ocupação de terras.

Ao final, com o plenário lotado e se manifestando com veemência para cada item votado, houve a eleição para a chapa que ia preencher os cargos de comando da CUT. Pela primeira vez, desde 1983, surgiram três chapas diferentes, representando posições divergentes. A chapa 1 se compunha de membros da corrente majoritária dentro da CUT hoje, de sindicalistas formados em São Bernardo ou nas fábricas e no setor de serviços de outros lugares do país. A estes se juntavam lideranças rurais, com a novidade de ter sido introduzida uma representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta chapa marcava a posição intransigente em defesa do sindicalismo sem nenhum atrelamento a organizações políticas. As chapas 2 e 3, representavam posições contrárias a esta orientação, e nisto se assemelhavam, embora guardassem entre si diferenças quanto à estratégia a ser adotada para atingirem os seus objetivos. Como a eleição fosse proporcional todos estavam lutando para obter o má-

ximo de representação na composição da Executiva. O resultado final confirmou a hegemonia da diretoria anterior, tendo a chapa 1 conseguido 60% dos votos, contra 30% da chapa 2 e 10% da chapa 3. Embora continuem em posições minoritárias, os pequenos grupos estarão, pois, representados na Executiva Nacional.

Com o 2º Congresso, a CUT solidificou sua organização e se reafirma como um polo necessário de representação dos trabalhadores no processo político brasileiro. A "radicalidade" de suas posições é hoje fundamental no sentido de orientar os trabalhadores face às tentativas de vestir com roupa nova as velhas contradições da sociedade de classes no Brasil e, mesmo com toda a campanha difamatória desencadeada freqüentemente, a presença desta organização pode se tornar uma barreira forte contra o desrespeito habitual com que são tratados os trabalhadores neste país.

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho é professor da UFRJ e assessor do CEDI e **Neide Esterci** é professora da UFRJ e coordenadora do programa "Movimento Camponês e Igrejas"/CEDI.

CADERNOS DO CEDI

Canaveiros em greve.....	Cz\$ 20,00
Educação popular: Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 20,00
Sexta Assembléia do CMI.....	Cz\$ 20,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo.....	Cz\$ 20,00
Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 35,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP)

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 10,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 10,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 30,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

CUT: a caminho da definição

Aloisio Mercadante Oliva

SIGNIFICADO POLÍTICO DO CONGRESSO

O 2º Congresso Nacional da CUT é mais um capítulo importante na evolução do movimento sindical. Seu significado é qualitativamente diferenciado do Congresso de fundação, em agosto de 1983, ou do 1º Congresso que refletiu a consolidação da CUT, a nível nacional. Este congresso abre um debate político intenso, que reflete a busca de uma definição maior sobre a **concepção da central sindical**. Todo o temário do 2º Concut, as inúmeras teses apresentadas e os grandes debates nas plenárias tinham como centro das preocupações e das divergências políticas a procura de uma maior definição sobre o papel da CUT, enquanto central sindical.

A CUT é uma alternativa inédita de representação política e sindical na história de movimento dos trabalhadores brasileiros. Ela representa a expressão orgânica da nova proposta sindical que nasce da luta contra a di-

tadura militar e que emerge das grandes greves do ABC após 1978. Seus princípios básicos são:

- a) um sindicalismo classista e combativo;
- b) a autonomia e independência da classe trabalhadora frente ao Estado e à classe dominante;
- c) a construção do movimento pela base;
- d) a unidade de ação sindical, como um objetivo permanente, mas indissociável dos princípios de classe;
- e) a articulação dos objetivos imediatos com os objetivos históricos dos trabalhadores como tarefa política essencial no plano sindical. Este conjunto de princípios básicos, ainda que sejam uma importante ruptura com o passado do movimento sindical, não constitui uma estratégia política mais definida e não garante respostas à definição do papel histórico da CUT no processo de luta da classe trabalhadora brasileira. A discussão sobre a estratégia política e a concepção sobre central sindical começam a ser debatidas a partir deste Congresso e ainda atingem uma parcela reduzida do movi-

mento, basicamente a liderança política.

CENTRO DAS DIVERGÊNCIAS

A CUT está composta politicamente por duas grandes forças. De um lado o bloco formado pelos **sindicalistas independentes** que possui a liderança mais representativa do movimento, dirige os principais sindicatos do país e tem sido responsável pelas grandes lutas sindicais no campo e na cidade. Do outro, uma força minoritária mas extremamente articulada, que são as organizações políticas de esquerda. Apesar de sua pequena representação sindical, estas organizações possuem um número elevado de quadros intermediários e atuam de forma bastante articulada, especialmente nos congressos e eventos sindicais. No entanto, as divergências principais entre essas duas forças estão no plano da política, mais precisamente na definição do papel histórico da CUT.

As organizações de esquerda consideram que a tarefa política mais importante para a CUT está na "constru-

José Ricardo Ramalho/CEDI



Delegados da CUT: presença e participação.

ção de uma alternativa de poder operário e popular no país". Neste sentido, as duas teses que procuram encaminhar esta concepção foram elaboradas pela antiga Executiva Nacional da CUT e por uma articulação denominada "CUT pela Base". A proposta básica é que a CUT não deve priorizar a intervenção na Constituinte, mas elaborar um programa alternativo da classe trabalhadora que aponte para o socialismo. Do outro lado, os sindicalistas independentes se articulam a partir das teses da executiva estadual de São Paulo que foram aprovadas no Congresso Estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro.

Esta tese procura definir o compromisso histórico da CUT com o socialismo, mas assegurando o caráter sindical da entidade. Para esta corrente majoritária, a CUT não deve se confundir com os partidos políticos e nem se partidizar. Seu papel é procurar representar sindicalmente o conjunto dos trabalhadores e assegurar sua autonomia, enquanto central sindical, em relação aos partidos e ao próprio Estado. Portanto, para os sindicalistas independentes a CUT não é e não deverá ser "uma alternativa de poder", e sua tarefa será organizar, mobilizar, impulsionar as lutas dos trabalhadores, procurando articular os objetivos imediatos aos objetivos históricos, mas preservando seu caráter sindical e de massa.

PLANO DE LUTAS

As discussões políticas enriquecem o debate, ainda que uma parcela significativa dos delegados tenha sentido dificuldades de acompanhar a real dimensão das divergências. Esta luta política não impediu a definição de um plano de luta, ao contrário, a CUT definiu como principais eixos táticos de intervenção na conjuntura que se inicia:

- 1) Uma campanha nacional de luta, tendo como centro das reivindicações: "Salário, Emprego e Liberdade para todos. Terra para quem nela trabalha".
- 2) Uma campanha pelo não pagamento da Dívida Externa, que inclui iniciativas no plano sindical internacional, à exemplo da "Conferência Sindical de Havana", de julho de 1984;
- 3) Uma campanha em defesa das empresas estatais e pela democratização da ação do Estado nessas empresas;
- 4) A defesa do congelamento de preços, como garantia de abastecimento e um combate implacável ao confisco de salários;
- 5) Uma campanha de denúncia dos crimes contra os direitos sindicais, espe-

cialmente em relação ao processo de cassação de militantes sindicais nas fábricas que se desenvolve com a conivência do governo da "Nova República";

6) Uma campanha de luta pela participação dos trabalhadores na Constituinte.

Além destas grandes campanhas, foram definidas resoluções sobre a luta dos trabalhadores no campo, que ocupou um espaço de destaque no Congresso. A reforma agrária e o fim da violência contra os trabalhadores rurais foram os objetivos mais importantes para o sindicalismo rural vinculado à CUT.

DEMOCRACIA INTERNA E A COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO

Todas as discussões e o embate político entre as diversas forças políticas que compõem a CUT se deu de forma absolutamente democrática. No entanto, no momento final de votação e de escolha da nova executiva nacional ocorreram divergências sobre o procedimento de cálculo para a composição proporcional entre as três chapas concorrentes. A Chapa 1, composta pelos sindicalistas independentes e liderada por Jair Meneguelli, Avelino Ganzer, Paulo R. Paim e Jacó Bittar obteve 59,6% dos votos. A Chapa 2 formada por um bloco de organizações de esquerda e encabeçada por Martisalem, Fortunatti, Novais e Ana Lúcia obteve 28,79 dos votos e a Chapa 3, formada

por outra composição de algumas organizações de esquerda obteve 10,9%. Os estatutos atuais da CUT são omissos, não definidos os procedimentos de cálculo antes da votação e havia um resíduo a ser distribuído entre as chapas, que dependendo da forma de cálculo alterava a composição final da Executiva. Cada chapa apresentou uma proposta alternativa, cuja distribuição do resíduo se alterava. Na primeira reunião da Executiva, ainda com a questão pendente, Jair Meneguelli que havia assumido o compromisso de encaminhar uma solução para o impasse acabou propondo a jurisprudência. Isto é, prevaleceu a forma tradicional de cálculo, que é utilizada pelo TRE e vinha sendo praticada na própria CUT. Com este encaminhamento a chapa 3, menos votada, acabou se beneficiando com a distribuição do resíduo e participando com 15% dos membros da Executiva Nacional.

Os sindicalistas independentes querem mudanças nos estatutos e a definição de um regimento provisório que estabeleça novos critérios para o cálculo da proporcionalidade. No entanto, deram uma demonstração de respeito à democracia interna que se revelou como um valor fundamental nas discussões e decisões políticas da CUT. As organizações políticas se opõem às mudanças nos estatutos, especialmente com relação dos critérios de participação nos congressos que atualmente diluem o peso político dos sindicatos filiados e favorecem a ca-



Avelino Ganzer: com a força do campo.

João Roberto Ripper/F4

pacidade de mobilização de militantes às vésperas do Congresso.

As divergências sobre a concepção de central sindical não estão somente na relação entre sindicato e partido, ou nas definições do centro tático da CUT para o próximo período, abarcam também as discussões dos estatutos e estrutura sindical.

DEBILIDADES E DESAFIOS

A CUT vive uma crise de crescimento e enfrenta algumas debilidades preocupantes.

A política de formação sindical terá que ser reorientada e impulsionada e

assumir um papel estratégico no próximo período. A experiência sindical da ampla maioria dos delegados era pequena; as dificuldades de análise e discussões significativas e a vontade de avançar politicamente, imensas.

A metodologia de preparação dos congressos e o processo de discussão terão que ser trabalhados a fundo e a nova direção nacional terá diante de si grandes dificuldades e desafios. A luta política e as divergências foram democraticamente abertas, e os sindicalistas independentes terão que ter um maior nível de articulação e discussão política para efetivamente dirigirem o

movimento sindical e combaterem o voluntarismo político das organizações de esquerda que tiveram uma presença expressiva neste Congresso. A pauta está definida, as grandes linhas de atuação também, mas há muito trabalho, discussão e luta pela frente. A CUT começa a assumir um papel histórico de destaque, mas definitivamente seu melhor caminho não parece ser o caminho mais curto.

Aloizio Mercadante Oliva é coordenador do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC"/CEDI e assessor da CUT.

Manifesto do 2º Congresso da CUT aos trabalhadores Brasileiros

É grave a situação dos trabalhadores brasileiros.

Um terço das famílias brasileiras ganha menos que um salário mínimo; doze milhões de crianças se encontram desnutridas; milhões de lavradores expulsos da terra vagueiam pelo país e se acumulam nas periferias das cidades. É um absurdo: de um lado, recursos naturais e terras sem cultivo em abundância nas mãos de poucos, e de outro lado, milhões passando fome.

Nas fábricas, as condições de trabalho são desumanas: 347 acidentes de trabalho por hora e treze mortes por dia.

A repressão policial contra os trabalhadores aumenta a cada dia. Os acontecimentos de Leme, quando cortadores de cana foram violentamente espancados e dois jovens brutalmente assassinados pela polícia militar, atestam tal violência. Além disso, 160 trabalhadores rurais foram assassinados só neste ano, sem que um único mandante tenha sido responsabilizado e punido. A repressão patronal também procura destruir as organizações dos trabalhadores: dirigentes sindicais e membros de comissões de fábrica são constantemente perseguidos e demitidos.

Não bastassem os baixos salários o governo ainda manipula os índices de inflação, desconsiderando o recente aumento da gasolina. Permite a sangria de bilhões de dólares, que são remetidos aos bancos estrangeiros, e fecha os olhos para a especulação dos empresários que escondem os produtos dos supermercados — carne, leite, etc.

O governo acaba de lançar uma nova lei de greve que, na prática, mantém a proibição ao livre exercício da greve, tentando arrancar dos trabalhadores a nossa arma mais eficaz para quebrar a intransigência e a ganância patronal. A

CUT reafirma que só existirá democracia com o direito irrestrito de greve.

É preciso dar um basta em tudo isso. O 2º Congresso da CUT é categórico: repudiamos a situação de miséria e exploração da classe trabalhadora e renovamos o apoio a todos os movimentos, lutas, greves dos trabalhadores da cidade e do campo, por melhores condições de vida e de trabalho, por terra e liberdade.

O 2º Congresso da CUT conclama os trabalhadores da cidade e do campo a uma ampla mobilização unitária, uma campanha nacional de lutas, com as seguintes bandeiras:

- TERRA, SALÁRIO, EMPREGO E LIBERDADE
- DIREITO IRRESTRITO DE GREVE, LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL
- NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA
- PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE

Uma campanha que unifique as nossas forças para conquistar a terra que os trabalhadores necessitam; para pôr fim aos miseráveis salários e às demissões; para garantir a liberdade e autonomia sindical. Uma campanha que diga não à hipocrisia de um congelamento de salários e preços. Uma campanha que denuncie o caráter antidemocrático e não soberano do Congresso Constituinte, e, ao mesmo tempo, mobilize e organize os trabalhadores em torno de suas reivindicações históricas; uma campanha que faça os trabalhadores apoiarem somente candidatos efetivamente comprometidos com seus interesses de classe.

O governo da Nova República e os patrões estão tentando acabar com o nosso direito de reivindicar. Dizem que a violência no campo é a ocupação de terra. Declaram as greves ilegais. Perseguem os

sindicalistas, lideranças dos trabalhadores e atacam a CUT.

Para os trabalhadores, ilegal é a fome; ilegal é a grilagem de terras; ilegal é que tantos brasileiros não tenham como sobreviver enquanto uns poucos se apropriam das riquezas nacionais. Ilegal é a exploração do país pelos banqueiros internacionais.

Os trabalhadores dizem basta a essa ilegalidade, que protege a exploração dos assassinos dos trabalhadores e os ladrões de colarinho branco.

Só a luta unitária e organizada da classe trabalhadora pode modificar esse estado de coisas.

A democracia que queremos é a democracia sem miséria, é a democracia de terra e trabalho para todos, a democracia de uma sociedade igualitária, sem explorados e exploradores. Uma sociedade socialista.

Os latifundiários declararam guerra à reforma agrária e aos lavradores. Os empresários declararam guerra aos trabalhadores da cidade. A CUT reafirma: nossa resposta é a mobilização, a unificação das campanhas salariais numa ampla campanha nacional de luta. Os delegados deste 2º Congresso Nacional da CUT conclamamos os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, para arregaçar as mangas e organizar um Dia Nacional de Luta, para 23 de outubro próximo, que expresse a nossa força e disposição de luta.

- TERRA, SALÁRIO, EMPREGO E LIBERDADE!
- DIREITO IRRESTRITO DE GREVE,
- LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL!
- PELO NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA!
- GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO
- POPULAR NA CONSTITUINTE!
- TODOS AO 23 DE OUTUBRO, DIA NACIONAL DE LUTA!

Trindade: reafirmação da esperança e do compromisso

Jether Pereira Ramalho

Foi uma grande celebração do povo pobre da Igreja. Cheia de alegria, de cânticos, de símbolos. Marcada também pela lembrança e inspiração dos mártires, que foram tombando na caminhada. O Brasil todo estava presente, com suas peculiaridades, seus ritmos e seus trajés. As marcas da unidade eram muito fortes — unidade na luta, no compromisso e na esperança.

A presença de companheiros de outros países alegrou ainda mais a festa. Compreendeu-se muito intensamente que a causa da libertação não é simplesmente do Brasil. A integração com as lutas da América Latina foi elemento novo marcante nessa grande celebração.



Quebrou-se o isolamento. Estreitaram-se os compromissos comuns. Aplicou-se a caminhada. Também a perspectiva ecumênica começa a ser compreendida. A participação efetiva dos evangélicos, representando oficialmente suas igrejas, indicou que a caminhada da libertação não é confessional. Muito significativo que a Liturgia do Compromisso fosse coordenada pelos evangélicos. Sendo comuns o Deus, a Bíblia, e a fé, vivendo juntos a mesma situação de opressão e de injustiças, por que não caminhar juntos na prática do Evangelho e da justiça?

Em outros aspectos também houve avanços. As dificuldades do relacionamento da fé com a política vão-se tornando menos densas. Todos se sentem comprometidos com a reforma agrária, com a elaboração da nova constituição, com as eleições próximas. O povo não só está vendo claramente que com essa estrutura social não há possibilidade de solução para os seus problemas, como já está oferecendo alternativas e praticando-as na sua vida comunitária — no campo e na cidade. São ainda tênues sinais, mas indicadores de um novo projeto de sociedade.

Também no campo do eclesial caminhou-se. A idéia de uma Igreja paralela só existe na cabeça daqueles que não têm sensibilidade para viver esse novo momento. Há desejo e esperança de que toda a Igreja assuma esse mesmo compromisso com os pobres e com a justiça. Torna-se mais clara a compreensão de que os sinais do Reino de Deus vão sendo construídos, também, por outros que não comungam a mesma confissão de fé.

Barreiras estão sendo quebradas. O falso antagonismo entre os da base, agentes, assessores e a hierarquia passa por uma discussão séria e madura. Afinal, onde estão os reais opositores à causa de justiça? A necessidade de uma visão da totalidade da caminhada é cada vez mais presente. Todos são convocados a dar a sua contribuição. Nota-se a presença forte das mulheres e dos negros nessa luta. Não como subalternos, mas em igualdade de condições com os demais companheiros.

Há, entretanto, muitos passos a serem percorridos. Traços ainda de triunfalismo, ingenuidade política, exclusivismo, falsos antagonismos, precisam e estão sendo ultrapassados. A luta é difícil e complicada. Mas o Sexto Encontro indicou que grande parte do povo tem discernimento disso e prossegue, consciente e decidido, em busca de melhores dias. Para 1989, em Duque de Caxias, está marcada uma nova grande reflexão da caminhada. Até lá novas conquistas serão alcançadas.

“CEBs, povo de Deus em busca da terra prometida”

Trindade, 25 de Julho de 1986
Queridas irmãs e irmãos,

1. Nós, representantes das CEBs de todo o Brasil, reunidos em nome de Deus e das nossas comunidades, junto ao Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade, Goiás, de 21 a 25 de julho de 1986, com muita alegria nos dirigimos a vocês para destacar alguns pontos fundamentais do que aconteceu nesta semana tão importante para toda a Igreja.

2. Somos 1647 pessoas, sendo 742 representantes da base, 203 agentes de pastoral, 56 observadores latino-americanos, 17 observadores de outros países, 30 assessores, 10 representantes dos povos indígenas, 16 representantes de igrejas evangélicas, 51 bispos, 35 observadores nacionais, 86 pessoas da Imprensa e Documentação, 381 pessoas, homens e mulheres, das equipes de serviço.

3. Sentimos particular satisfação com a presença dos nossos queridos irmãos evangélicos, com a presença dos sofridos irmãos de outros países da América Latina e Caribe e da África, e os irmãos do Canadá e Europa; com a presença do Secretário da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, do responsável nacional pelas CEBs, dom Celso Queiroz, do Cardeal Primaz da Holanda, dom Adriano Simonis e de grande número de nossos bispos. Sentimo-nos profundamente comovidos com a presença de dona Olinda, mãe de padre Josimo, que nos trouxe à memória a figura corajosa da Mãe das Dores e de todas as mães de nosso povo de mártires. A palavra e a bênção que o Papa nos enviou nos confirmaram na caminhada e nos fizeram sentir em comunhão com toda a Igreja.

4. O encontro foi realmente um grande momento de partilha, reflexão e celebração: celebração de solidariedade, penitência, comunhão, ação de graças, esperança e compromisso e de modo impressionante e comovente a celebração dos nossos mártires. Nestes dias, procuramos ouvir o clamor do povo e descobrir o rumo do Espírito de Deus que sopra no mundo e na nossa história. À luz da Palavra de Deus, refletimos sobre a nossa responsabilidade como cristãos e sobre a missão das nossas comunidades na atual situa-



Chico Assis

Aspectos do grande plenário do 6º Encontro Intereclesial de CEBs, em Trindade (GO).

ção do Brasil, em busca de novas pistas de trabalho e luta.

PRIMEIRO DIA: “O JEITO NOVO DE TODA A IGREJA SER”

5. No primeiro dia, trocamos idéias sobre o novo jeito de ser Igreja. Vimos a força que nos vem da Palavra de Deus na nossa caminhada e na luta pela transformação da sociedade. A Palavra de Deus, lida a partir da realidade do povo e celebrada na comunidade, é alimento que nos sustenta para o serviço do amor e para o compromisso de fé com a caminhada do povo. A Bíblia é companheira fiel e parceira de luta, sempre presente, como a água do rio que carrega o barquinho das CEBs.

6. Na comunidade procuramos imitar Deus, cuja Trindade é a melhor comunidade: Pai, Filho e Espírito Santo. Três pessoas distintas, cada uma com o seu modo próprio de ser e, ao mesmo tempo, tão unidas que são um só Deus, que quer ver seu povo livre e feliz. Assim, nas comunidades, há variedade de serviços; leigos, padres e bispos, cada um com o seu modo próprio de ser, porém, todos unidos a favor da libertação do povo.

7. As CEBs têm a missão de ajudar cada pessoa a ser mais gente, assumindo cada vez mais a causa do oprimido

e, com isto, ajudar todos a participar de forma consciente, como fermento de transformação. As CEBs são serviço que nos empurra na busca do Reino de paz, de justiça e de amor. Para que isto aconteça, são necessárias a organização e a participação na vida da Igreja e da sociedade. Este serviço ao povo é que converte o coração de todos: bispos, padres, pastores, religiosos (as) e leigos (as), e nos faz viver melhor o Evangelho.

SEGUNDO DIA: “A LUTA PELA NOVA SOCIEDADE”

8. No segundo dia, refletimos sobre a luta que fazemos pela nova sociedade. Nesta reflexão apareceram alguns pontos muito importantes que merecem a atenção e todos:

- Vimos a importância da ação política dos cristãos, pois vivendo em sociedade, sem a política somos uns desorientados e não chegamos a lugar nenhum.
- As CEBs precisam chegar a uma definição mais clara na questão partidária: discutir juntos o programa dos partidos e o perfil dos candidatos, e verificar se eles têm um compromisso real com a caminhada do povo.

- c) As CEBs devem favorecer, apoiar e acompanhar estes militantes que estão à frente da luta e, se necessário, cobrar deles os compromissos assumidos.
- d) Apoiamos a luta dos índios pela sua autodeterminação, pela urgente demarcação das suas terras e pela preservação da sua cultura.
- e) Assumimos a luta dos negros pelos seus direitos e, com eles, lutamos contra qualquer forma de discriminação.
- f) Destacamos a importância da participação cada vez maior das mulheres na luta pela nova sociedade e, mulheres e homens, queremos lutar contra toda a forma de machismo como também contra a exploração da mulher, substituição de menor e a marginalização da mãe solteira.
- g) Denunciamos o trabalho escravo no campo e a exploração das lavadeiras, domésticas, operários, bóias-frias, pescadores e trabalhadores em geral.
- h) Enche-nos de esperança a presença e a participação das crianças e dos jovens que, animados por suas catequistas e coordenadores, entram cada vez mais na caminhada libertadora do povo em busca da Terra Prometida.
- i) Repudiando a forma antipopular como foi encaminhada a questão da Constituinte, mesmo assim assumimos o compromisso de lutar para que a Constituinte possa sair uma Constituição que respeite os direitos do povo.

9. As CEBs são um ensaio do Reino, o coração da nova sociedade, um pedacinho da Terra Prometida por Deus.

10. As lutas do povo são como as fontes de água que brotam do chão, viram o riachinho que desce o morro até se transformar em rio. E o rio, com a força de Deus e a união do povo, vai crescer até levar de roldão a velha sociedade construída em cima da exploração do povo.

11. O movimento popular tem muitos rios: o rio do sindicato, o rio do partido político, o rio das associações de moradores, o rio do movimento dos sem-terra, dos favelados, da mulher marginalizada, dos pescadores, dos hanseianos, dos deficientes físicos, das crianças, das mulheres, dos negros, das nações indígenas. Há rios que já são grandes, outros ainda pequenos. Mas as lutas narradas pelo povo mostram que elas estão crescendo em todo o Brasil, passando de lutas de resistência para lutas de conquista. É o projeto político do povo que vai canalizar

as águas dos riachos para o grande rio que vai acabar com a sociedade de lucro e opressão e fundar a sociedade do jeito que Deus quer.

TERCEIRO DIA: "TERRA DE DEUS TERRA DE IRMÃOS"

12. No terceiro dia refletimos sobre o problema da terra na cidade e particularmente no campo. A luta pela terra não é só uma luta econômica. É uma

luta pela dignidade das pessoas, que exigem serem reconhecidas como filhas e filhos de Deus. Por isso a terra é mais do que um pedaço de chão. Ela é dom de Deus, o lugar do trabalho e da vida.

13. Por isso, a luta pela terra é para o lavrador a luta pela vida. Para o grande proprietário, a terra é como se fosse uma vaca: ele quer que ela dê o dinheiro que o enriquece; enquanto o lavra-

Perfil dos representantes 6.º Encontro Intereclesial

REPRESENTANTES DA BASE

— 742

SEXO

435 — homens
271 — mulheres

LUGAR SOCIAL

260 — roça
236 — periferia
189 — cidade

PROFISSÃO

262 — lavradores
101 — operários
90 — professores
65 — escritório
46 — comércio
24 — domésticas/lavadeiras
11 — outras profissões

SALÁRIO

272 — até 1 sal. min.
192 — de 1 a 2 sal. min.
112 — de 2 a 5 sal. min.
26 — mais de 5 sal. min.

FAIXA ETÁRIA

327 — até 35 anos
299 — de 36 até 65 anos

SINDICALIZAÇÃO

314 — são sindicalizados
87 — foram ou são dirig. sindicais

POLÍTICA PARTIDÁRIA

188 — filiados ao PT
69 — filiados ao PMDB
11 — filiados ao PDT
7 — filiados ao PDS
4 — filiados ao PFL

71 — foram ou são candidatos

ORGANIZAÇÕES POPULARES

507 — participaram de org. popular
305 — são lideranças nestes movimentos

Principais lutas: renovação da Igreja, luta pela terra, melhoria do bairro e sindicato

VIOLÊNCIA E ATENTADOS

389 — já sofreram perseguição
11 — já foram presos
18 — já foram expulsos da terra
13 — já sofreram atentados
13 — já sofreram violência (polícia ou capanga)
51 — foram demitidos

AGENTES DE PASTORAL

— 206

RELAÇÃO COM HIERARQUIA

104 — padres
46 — freiras
33 — leigos

IDADE

71 — até 35 anos
109 — de 36 a 55 anos
6 — mais de 55 anos

SINDICALIZAÇÃO

25 — sindicalizados
137 — não sindicalizados

POLÍTICA PARTIDÁRIA

144 — não filiados a partidos
13 — filiados ao PT
1 — filiado ao PMDB
1 — cand. a cargo eletivo

ORGANIZAÇÕES POPULARES

105 — participam de org. popular (ex: Mov. dos Sem-Terra, Associação de Moradores, Movimento de Mulheres, etc.)
46 — São lideranças nestes movimentos

PRINCIPAIS LUTAS

138 — renovação da Igreja
107 — luta pela terra
67 — melhoria do bairro
58 — movimento sindical

VIOLÊNCIA E ATENTADOS

123 — já sofreram perseguição
93 — já sofreram calúnia
71 — já sofreram ameaça
8 — já foram processados

dor quer que ela lhe dê o leite que o alimenta. O latifundiário não quer ceder, porque ele não se sente apenas dono da terra, mas também dono da vida das pessoas e do poder. Ele está matando. Os mártires estão aí, como prova. E até quando vai continuar matando? Basta de assassinatos! Queremos nossos líderes vivos!

14. Mas o povo não cede diante das mortes, não se amedronta. Ele está lutando em defesa da vida. E sua luta está minando o poder dos grandes. Eles têm que enganar o povo, para ver se conquistam a legitimidade. O governo assina um plano legal de reforma agrária, mas o que põe em prática é outra coisa: um plano elaborado por forças contrárias à participação e aos interesses do povo e feito no maior segredo. 15. Os lavradores, sentindo-se parte do povo que é fonte do poder, já estão fazendo suas próprias leis, a que eles respeitam. Não precisam de polícia para guardar suas leis, porque são leis legítimas, que eles próprios seguem.

16. Esclarecidos e animados por estas reflexões, convidamos vocês todos, irmãs e irmãos, para entrarem com toda a firmeza e fé nesta luta por uma reforma agrária do povo. Sabemos que Deus está conosco. Ele que chama Abraão para ir em busca da terra. Chama Moisés para libertar o povo do Egito e conduzi-lo para a terra onde corre leite e mel. De Jesus temos a promessa: "Estarei com vocês até o fim dos tempos"! Ele disse: "Coragem! Eu venço o mundo!" Deixou conosco Maria, a Mãe dos caminhantes, que nos ensina a caminhar em busca da Terra Prometida!

17. Queremos agora apresentar a vocês mais algumas propostas que surgiram durante este encontro.

O 6º ENCONTRO INTERECLESIAL APELA :

1º — À CNBB, para que encaminhe um pedido ao Secretariado Geral do Sínodo em Roma para que as CEBs possam estar presentes, através de alguns de seus animadores, quer na preparação do sínodo sobre os leigos, quer na sua realização em Roma.

2º — À várias instâncias da Igreja, para que abram sem tardar o debate sobre a participação da mulher nos vários níveis de serviço, de ministério e de representação dentro da Igreja.

3º — Aos bispos e padres, religiosos e religiosas, teólogos e teólogas, para que assumam a caminhada do povo oprimido e favoreçam sem ambigüidades o novo modo de ser Igreja, segundo o modelo da Trindade que é a melhor comunidade.

4º — Às Comunidades Eclesiais de base, para que dêem sua contribuição concreta para a elaboração de uma Constituição que corresponda aos interesses populares, apoiando atividades tais como:

- romaria a Brasília durante a Assembléia Nacional Constituinte
- assembléia constituinte simultânea de cunho popular
- organizar em nível local comitês populares e manter em nível nacional uma comissão permanente constituída de representantes de todos os regionais das CEBs para acompanhar os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte no sentido de garantir a expressão constitucional dos direitos do povo oprimido.
- plebiscito nacional para a apreciação popular da nova Constituição
- versão popular da nova Constituição

5º — Aos bispos e padres, para que dêem um acompanhamento pastoral efetivo àqueles cristãos das bases que assumem a luta partidária, inclusive em cargos eletivos, a fim de que permaneçam ligados à comunidade eclesial, inclusive em suas funções, e ao mesmo tempo levem para dentro dos partidos o fermento libertador do Evangelho, respeitando sempre a posição suprapartidária da Igreja.

6º — Às CEBs, para que continuem com força cada vez maior na luta por um projeto de Reforma Agrária Popular, participando firme e pacificamente em atividades tais como:

- resistência à expulsão da própria terra
- legítima ocupação de terras ociosas na cidade e no campo, procurando evitar a violência
- acampamentos diversos
- romarias da terra
- organização comunitária própria nas áreas ocupadas
- pressões sobre o Incra e outros órgãos do governo
- acompanhamento pastoral dos sem-terra, etc.

Que a Igreja dê exemplo de uma Reforma Agrária Popular em suas próprias terras, como já vem acontecendo em várias dioceses.

7º — Às CEBs, para que pressionem com todos os meios possíveis, sobretudo através da imprensa, as autoridades judiciais e policiais a fim de que os autores, mandantes e mandados, de crimes particularmente cometidos contra gente do povo sejam julgados e as sentenças devidamente cumpridas.

8º — Às Igrejas locais, para que identifiquem com urgência os membros das CEBs comprometidos na luta do campo e que estão "marcados para morrer" e lhes dêem de toda proteção possível, quer através de todos os recursos legais, quer por uma constante guarda até mesmo pessoal.

9º — À toda a Igreja e particularmente às CEBs, para que assumam um compromisso de solidariedade com todos os países irmãos da América Latina, de modo especial com os irmãos sofridos da América Central. Por ocasião da celebração dos 500 anos de Evangelização da América Latina, recuperem a memória histórica das vítimas da colonização, índios, negros e outros oprimidos, em função de uma nova e corajosa evangelização libertadora no continente.

Finalizando, queremos expressar o nosso mais vivo agradecimento à Igreja local que tão calorosamente nos acolheu, a seu pastor dom Antonio Ribeiro de Oliveira que se mostrou verdadeiro servidor dos seus irmãos, e em particular às equipes de coordenação e de serviço que trabalharam com tanta generosidade e eficácia, e a todo regional centro-oeste e extremo-oeste pelo trabalho de preparação, iniciado pelo profético pastor dom Fernando Gomes e tão bem assumido pelo seu sucessor.

Irmãs e irmãos, renovados na esperança e acompanhados por Maria, a Mãe de Jesus e nossos mártires, prosigamos na caminhada com a bênção da melhor comunidade: Pai, Filho e Espírito Santo.



Lembrando os mártires latino-americanos.

O pacto de Moisés e o pacto de Davi

Os dois círculos de tradição do Antigo Testamento

Joaquim Beato

É fato geralmente reconhecido pelos estudiosos a existência, na literatura de Israel, de dois círculos de tradição: um derivado do pacto de Moisés e outro derivado do pacto de Davi. A tradição que se relaciona com o pacto mosaico tende a caracterizar um movimento de protesto que se situa entre os deserdados, e sua visão teológica se articula em torno de um Deus que se intromete decisivamente a favor de grupos escravizados e oprimidos, e contra estruturas de opressão aparentemente inabaláveis, quando vistas de cima para baixo. A tradição davidica, por outro lado, caracteriza um movimento entre grupos estabelecidos e em segurança, e articula sua visão teológica em torno de um Deus que defende e sustenta o **status quo**. A leitura do material vétero-testamentário referente aos vários períodos da história de Israel à luz do contraste evidente entre essas duas perspectivas deixa perceber que elas se mantiveram em tensão durante os séculos recobertos pela literatura canônica, como duas "trajetórias" distintas na sua leitura da história como o campo em que se explicita o sentido da existência e da vocação do povo de Deus.

O PACTO DE MOISÉS

Segundo as duas teorias predominantes entre os especialistas, a conquista de Canaã por Israel teria sido ou por invasão ou por infiltração. Uma terceira posição pode haver e já foi proposta. Ao invés de invasão ou infiltração, se trataria de pessoas oprimidas e com a proposta de uma ordem social alternativa, os "habiru" (hebreus), que fizeram uma revolução contra os reis tirânicos das cidades-estados, rejeitando a ordem social existente. Ligados por um pacto a um chefe supremo não humano, e pela solidariedade à comunidade recém-formada, esses "habiru" empreenderam a formação de uma ordem social deliberadamente alternativa, que veio a ser Israel. As tri-

bos de Israel são, portanto, entidades históricas e não naturais. Originaram-se através de uma tomada histórica de decisão. São comunidades intencionais deliberadamente defendendo uma ideologia diferente e uma diferente organização social daquelas existentes ao seu redor, no Egito e em Canaã.

O pacto, possibilitando um novo experimento político, caracterizado por uma ruptura radical com a cultura urbana é, portanto, bastante mais pertinente à situação no antigo Israel do que se tem reconhecido. O Israel do pacto representava não apenas uma novidade teológica, mas também uma novidade como experimento social. E deve ser compreendido em relação a Canaã como um grupo de forasteiros, não no sentido geográfico, mas no sentido sócio-político, como os "de fora". Geograficamente presentes, mas sem direito de participar nas tomadas de decisão que envolviam seu próprio destino. Sua marginalidade tinha an-

tes um caráter social, econômico e político, do que geográfico. Sua visão teológica que os levava à rejeição dos deuses do império, resultava na rejeição do modo como estava organizada a sociedade imperial. Seja como o impulso por detrás ou como sua justificativa, ela tornou possível uma descontinuidade radical na organização social de Israel. Os deuses, que eram parte integrante do sistema social, justificavam uma ordem social totalitária e hierárquica, e eram a expressão de uma religião estática, comprometida com a imutabilidade da ordem social, e que negava qualquer ponto de apoio para a crítica teológica da mesma. Quando o "novo" Deus de liberdade e justiça foi aceito numa relação pactual, essa ordem social deixou de ser necessária. Há, portanto, uma relação íntima entre visão teológica e organização sociológica. Por isso, a ordem social israelita, de Moisés a Davi, pode ser considerada um experimento para determinar a viabilidade de uma sociedade alternativa, sem a sanção dos deuses imperiais. A descontinuidade com o meio ambiente teológico, representada pela novidade teológica do javismo, como uma fé centrada na justiça e na liberdade, fundamenta e explica a radical descontinuidade de Israel com seu contexto político. O javismo é um movimento religioso, em seu profundo comprometimento com o Deus do Êxodo; mas também político, em sua consequente rejeição do **status quo** com sua consciência e prática opressoras.

O PACTO DE DAVI EM TENSÃO COM O PACTO DE MOISÉS

No Israel monárquico foram abandonadas a inovação social resultante da obra de Moisés, bem como a novidade teológica que lhe correspondia, de um Deus que estava ao lado dos marginalizados. O templo, a burocracia, o harém real, o exército permanente, o sistema de impostos, a utilização da sabedoria na corte constituem uma imitação consciente da sociedade imperial dos vizinhos mais importantes de Israel e



uma rejeição da consciência de libertação da tradição mosaica. Isso se deu 250 anos depois do Êxodo, quando a comunidade já conseguira os recursos não só para sobreviver, mas também para dominar politicamente seu contexto, como se vê no tempo de Salomão. Mas as tensões pró e contra a monarquia, que estão registradas em 1Sm, manifestam o conflito das duas "trajetórias", na batalha que Israel travou com sua própria consciência, para decidir se seria "como as outras nações" (1Sm 8.5,20), ou se seria um povo santo a Javé. A religião da liberdade de Deus e da política de justiça, introduzida por Moisés e mantida viva na comunidade pré-monárquica, foi abandonada. Com a monarquia, Israel abraçou as mesmas noções rejeitadas desde o Egito, abraçou a consciência imperial, que combinava a religião de um Deus estático e uma política de injustiça e dominação social.

Através do período da monarquia dividida também transparecem as tensões. Estas podem ser melhor compreendidas se colocadas no mesmo quadro geral de confrontação entre as duas "trajetórias". A separação de 1Rs 12 representa um afastamento entre a comunidade da libertação histórica e a ordem social do regime davídico. Esse rompimento é notável, porque se deu claramente por um problema concreto de opressão política. Roboão estava comprometido com a manuten-

ção da ordem, ao preço da injustiça. No reino do norte também aconteceu opressão semelhante, por exemplo, no tempo de Acabe (1Rs 21). Mas o norte parece ter sido mais aberto e susceptível ao impacto transformador da tradição mosaica do que o reino de Judá. As repetidas confrontações entre reis e profetas evidenciam, neste período, a permanência da tensão entre o pacto davídico e seu comprometimento com a ordem e a continuidade, e o pacto mosaico, com sua afirmação de liberdade, embora ao preço da descontinuidade.

No período exílico, que se abre com a tragédia de 587 a.C., as "trajetórias" da fé sofrem um grande abalo. O tema pactual mosaico-profético entra em crise, enquanto a tradição real com suas promessas torna-se o modo teológico dominante para Israel.

Para o período pós-exílico, devemos concordar com a importante proposta de que o ponto inicial para entender a literatura do período é a dialética, articulada pelo Deutero-Isaias, entre visão e realidade. Após esse profeta, os vários grupos sociais de Israel abraçaram, cada um, uma parte da dialética, e fizeram dessa parte seu ponto de apoio para a fé e a literatura. O Segundo Isaias fornece, portanto, o ponto de partida poético e teológico tanto para os "pragmáticos" quanto para os "visionários". Os "pragmáticos" são o grupo que detém o poder, e se centraliza ao redor da casta sacerdotal acomoda-

datícia de Jerusalém. Os "visionários" são os grupos agora separados do poder e levados assim a esperar um novo ato de Deus, que inverterá a realidade existente e os levará de volta ao poder. Esse grupo, que se voltou para a apocalíptica, pode ser identificado com o círculo de levitas que, tendo anteriormente exercido muita influência na comunidade, passaram agora a ser crescentemente marginalizados. Os "pragmáticos" e "visionários" do período pós-exílico continuam, de modo apropriado ao seu tempo e lugar, a mesma confrontação que vem sendo descrita entre a fé criacionista, abrangente e acomodaticia dos círculos davídicos e o movimento mosaico de libertação. Os "visionários" são os herdeiros deste movimento, continuam a esperança e paixão dele, e crêem estar sendo a presente ordem de coisas questionada energeticamente pelas promessas de Deus. Os "pragmáticos" continuam a tradicional e conflitante afirmação do presente como a ordem de coisas sancionada por Deus.

Podemos apresentar o seguinte esquema dos elementos que aparecem continuamente em ambas as trajetórias:

TRAJETÓRIA DA LIBERTAÇÃO

- 1) prefere contar histórias concretas de libertação;
- 2) fala a linguagem da guerra e da descontinuidade;
- 3) o modo preferido de percepção é o da especificidade histórica;
- 4) parece ter sido cultivada e valorizada pelos camponeses pobres;
- 5) tende a ser socialmente revolucionária, valorizando primariamente a transformação;
- 6) centralizada na justiça e na retidão da vontade de Deus.

TRAJETÓRIA REAL

- 1) prefere falar em mitos de unidade;
- 2) fala a linguagem da fertilidade (criação) e da continuidade (as instituições reais);
- 3) o modo preferido de percepção é o da abrangência universal;
- 4) parece ter sido cultivada e valorizada pelos ricos urbanos;
- 5) tende a ser socialmente conservadora, valorizando primariamente a estabilidade;
- 6) centralizada na glória e na santidade de Deus e nas instituições ligadas a essa santidade.

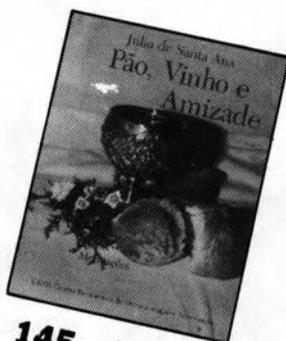
Julio de Santa Ana

Pão, Vinho e Amizade

Meditações do conhecido teólogo metodista sobre a Eucaristia.

Enriquecido pelas experiências ecumênicas e pela prática eclesial das Comunidades de Base, o autor reflete sobre esse ponto tão central para a fé cristã. E traz à tona a riqueza de sentidos que a Santa Ceia possui.

Sobretudo com a emergência dos pobres como atores de primeiro plano no desenrolar das lutas que conduzem ao Reino. "Na mesa há pão e vinho. Em torno dela há uma comunidade de amigos".



145 páginas
Cz\$ 65,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Joaquim Beato é teólogo e pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU)

Setembro
de 1986

13 anos de ditadura no Chile

Ao se cumprirem 13 anos da ditadura mais sanguinária que a América Latina já conheceu, os chilenos se dividem entre os que estão por uma luta sem trégua contra a tirania e os que tentam negociar uma transição democrática em 1989, quando deverá terminar o período presidencial do general Augusto Pinochet.

Se Pinochet tem permanecido no poder durante tanto tempo apesar do grande repúdio popular e de seu isolamento social e político, cada vez maior, é, entre outras coisas, devido a desunião dos opositores.

Na verdade, os generais chilenos têm usado todos os recursos possíveis, para se manterem no poder: a repressão nas mais diversas formas; a divisão dos opositores; o fortalecimento permanente da unidade das Forças Armadas; o uso efetivo do apoio que a ditadura tem — tanto interno quanto externamente: a administração econômica utilizada como elemento de alienação; o uso dos meios ideológicos, entre os quais a instrumentalização de certas religiões.

Chegados ao poder, em 1973, os militares ameaçaram os comerciantes que estocavam mercadorias (num boicote organizado contra o governo de Salvador Allende) para que eles colocassem novamente nas prateleiras os produtos em falta. Os mercados voltaram a se encher de alimentos e os chilenos tiveram o que comer, sem fazer longas filas, nem pagar ágio no mercado negro.

São tais fatos que impactaram bem a certas camadas da população, o que freqüentemente foi considerado como "um grande apoio popular ao golpe de Estado". Grande, ou pequeno, esse apoio não durou muito tempo: os milhares de mortos, as dezenas de milhares de presos, os cassados e banidos pelo regime nos primeiros meses depois do "11", fizeram com que no Chile

a maioria das famílias tivessem, pelo menos, uma vítima do novo governo.

Entre 1973 e 1976, o regime se manteve, fundamentalmente, baseado na repressão e nas expectativas que camadas da grande e pequena burguesia alimentavam no plano econômico, sem se importar muito pela questão política. O governo instaurou, em 1974, um modelo econômico de "abertura ao mercado externo". Isto significou que o Chile poderia importar, sem maiores taxas, tudo o que quisesse. Sobre a base de um alto desemprego, de uma inflação relativamente controlada e de um aumento crescente da dívida externa, o Chile teve cinco anos consecutivos de "crescimento econômico" (de 1976 a 1981). Contraditoriamente, a in-

dústria sofreu o maior desastre — são fechadas, no período, centenas de fábricas: pequenas, médias e grandes —, com o desemprego cada vez maior. O país cresceu num "milagre econômico" que conduziu as pessoas a uma louca corrida consumista. Os chilenos se endividaram, comprando a prestações tudo o que desejavam: TVs a cores, vídeos, carros, etc.

Foi no topo dessa onda consumista, em 1980, que Pinochet teve a lucidez política de fazer um plebiscito com o qual impôs a Constituição que o legitimava, como Presidente da República, até 1989. Num plebiscito evidentemente fraudado, em que ele se atribuiu 67% dos votos, com uma oposição dividida e ainda desorganizada, na mais com-

AGENTES

Seja um agente de vendas das publicações do CEDI em sua comunidade. O CEDI está oferecendo esta oportunidade para aqueles que desejam, em suas horas livres, vender seus livros e recolher assinaturas de suas publicações periódicas.

Entre em contato com o Setor de Distribuição do CEDI, a/c David Delgado, Av. Higienópolis, 983, CEP 01238, São Paulo (SP), tel. (011) 825-5544

pleta ilegalidade e abertamente reprimida, o povo chileno acabou aceitando o referendo como sinal de aprovação do regime militar.

Tendo achado um equilíbrio interna-

cional — em que os países votam nas Nações Unidas contra o regime, mas mantêm relações econômicas com o Chile; conseguindo uma relativa estabilidade interna, com a oposição apaziguada e os sindicatos ilegalizados e di-

vididos; com uma situação econômica aparentemente boa; enfim, com uma série de elementos bem administrados, o regime pôde andar entre 1973 e 1982, quase dez anos, sem maiores tropeços.

Outro elemento importante no jogo político de Pinochet se relaciona com o controle das Forças Armadas. O ditador tem indubitavelmente um poder pessoal sobre o conjunto dos seus subordinados. Ele controla toda e qualquer tentativa de desacordo interno. Exemplo disto são as renúncias dos generais Leigh e Mendoza, da Aeronáutica e Carabineiros (Policia Militar), respectivamente. O primeiro, em 1978, e o segundo, em 1985, renunciaram pressionados por Pinochet. Respalda-do pelos seus generais, Pinochet fez renunciar a todo mundo, mudando em quase 100% as patentes máximas dessas corporações. As crises foram desfeitas, assim, antes de qualquer repercussão nas Forças Armadas.

A DITADURA E AS CRENÇAS RELIGIOSAS

Entre os elementos de oposição ao governo militar, a Igreja tem cumprido um importante papel. Trata-se, especificamente, da Igreja Católica e, mais propriamente, de setores dela. Inicialmente foi a Igreja — sob a liderança do Cardeal Raul Silva Henriquez — a única instituição que defendeu os presos políticos, colocando à disposição deles advogados de forma gratuita. Mudanças ocorridas na hierarquia da Igreja têm significado certas aproximações ao governo. Contudo, os padres, nas comunidades de base, continuam a desenvolver uma importante tarefa de apoio às lutas populares.

Outras crenças religiosas — entre as quais algumas igrejas evangélicas — têm sido utilizados pelo regime. Quando as relações entre a Igreja Católica e o governo foram muito difíceis, foram algumas igrejas evangélicas que abriram as portas de seus templos para os chefes militares. O movimento ecumênico, principalmente através do Conselho Mundial de Igrejas, tem entretanto apoiado com destemor todas as iniciativas que defendem os direitos humanos no Chile.

Durante os anos de ditadura, surgiu uma série de seitas religiosas. São grupos pequenos, de origem desconhecida, que, na maioria dos casos, operam com muito dinheiro e transmitem ideologias fanatizantes, exigindo de seus seguidores a não participação na política, coincidindo com a ditadura num discurso violentamente anticomunista.



A OPOSIÇÃO SE ORGANIZA

Em 1982 começa, no Chile, a crise econômica. Os juros crescentes da dívida externa sufocam um país que já não produz como antes. As poucas indústrias que ainda funcionam começam a fechar suas portas. As atividades do capital especulativo são reprimidas e as dívidas são cobradas drasticamente trazendo como consequência a falência de capitalistas que até então tinham se beneficiado. O isolamento social de Pinochet cresce: importantes setores da mídia e pequena burguesia se deslocam para uma oposição mais decidida.

Em maio de 1983, o país vive o primeiro "Protesto Nacional". As pessoas saem as ruas, batem panelas, não enviam os filhos às escolas, e manifestam de mil modos sua repulsa ao governo. A oposição tomou consciência de que era majoritária e a partir desse primeiro protesto não parou de se manifestar. Vive-se, desde essa data até hoje, um período prolongado de reanimação crescente dos movimentos populares. Partidos, sindicatos, centros de estudantes, associações de mora-

dores, etc., se reorganizam com um objetivo: protestar contra o governo. Mas também outros setores sociais se organizam. Pequenos empresários, grandes empresários e partidos de direita, se reúnem para disputar a redemocratização do país e não perder seus privilégios e mordomias.

Em abril de 1986 a oposição (pela primeira vez em quase treze anos) reúne-se numa organização sem exclusões sociais nem políticas. Nasce a Assembléia Nacional da Sociedade Civil (ANSC), onde se agrupam empresários, profissionais liberais, operários, camponeses, moradores de favelas, comerciantes, estudantes, enfim, as mais diversas classes e camadas sociais. A ANSC conta com o decidido apoio de todos os blocos políticos, especialmente do Movimento Democrático Popular (MDP), de esquerda, e a Aliança Democrática, de centro.

A primeira manifestação desta ANSC foi uma greve geral de 48 horas. Nos dias 2 e 3 de julho passado, o país parou de norte a sul. O movimento teve tal sucesso que o governo e seu principal aliado externo, a Administração

Reagan se preocuparam com a permanência do regime até 1989.

Um importante funcionário do Departamento de Estado norte-americano visitou o Chile, em meados de julho, para negociar com a oposição conservadora uma "transição pacífica" para a democracia. Oferece-se, para os opositores de centro e direita, a possibilidade de participar numa eleição "livre e democrática" em 1989, em troca de que as mobilizações sejam contidas.

A esquerda chilena e os setores mais progressistas da oposição desconfiam de qualquer negociação e querem a saída de Pinochet o mais cedo possível. A Assembléia exige "Democracia Agora" e não para 1989. Afinal, a Constituição pinochetista o legitima até 1989, mas naquele ano ele poderá ser declarado pela Junta Militar o candidato único ao governo e se eleger novamente, desta vez até 1997. Diante dessa perspectiva a oposição está chamando para outra greve geral, no início de setembro. Será a segunda manifestação da campanha de desobediência civil cujo objetivo é a derubada do regime militar.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Pão, Vinho e Amizade (Julio de Santa Ana) ...	Cz\$ 65,00
Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 20,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).Cz\$	20,00
Poetas do Araguaia	Cz\$ 20,00
Batismo Eucaristia Ministério	Cz\$ 15,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira).....	Cz\$ 15,00
Protestantismo e Política	Cz\$ 10,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador	Cz\$ 10,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cz\$ 10,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo	Cz\$ 25,00
De Dentro do Furacão (Richard Shaull).....	Cz\$ 30,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.





1986: A 25 anos... todas as armas contra a agressão

As Organizações Autoctones deste Continente, reunidas na cidade de Manágua, durante os dias 13, 14 e 15 do mês de julho de 1986, no "Simpósio Internacional sobre o Estado, Autonomia e Direitos Indígenas, concordamos:

1 Apoiar o Projeto de Autonomia em processo para a Costa Atlântica, que como um meio de resolver o problema étnico-cultural oferecem os indígenas e o governo sandinista com o fim de alcançar a unidade plena da nação nicaragüense.

2 Que, como povos, temos sido tratados pior que estrangeiros em nossa própria terra desde a chegada dos espanhóis e saxões, a partir de 1492. Por isso repudiamos a barbárie que praticam os brancos contra a população negra da África do Sul.

3 Que, ao cumprir-se os 500 anos do mais selvagem etno-genocídio conhecido pela história da humanidade, tarefa realizada pela Espanha com a cruz e a espada, dizimando assim a população autóctone, em todos os sentidos da palavra, e que hoje, a pedido do governo espanhol, os governos ibero-americanos nos agridem uma vez mais com o festejo que se prepara para 1992, festejo que será conhecido com o nome de "Encontro de Dois Mundos", por respeito à nossa dignidade exigimos aos governos de nossos países que repudiem essa festa da Conquista.

4 Condenamos o governo estadunidense pela entrega de 110 milhões de dólares aos contra-nicaragüenses, especialmente pelos 5 milhões de dólares entregues a **Misurasata** e **Kisan** guerreirista para a matança dos habitantes da Costa

Caribenha da Nicarágua, o que atenta violentamente contra o processo de autonomia que se gesta na Nicarágua, enquanto que, no território estadunidense, o governo de Ronald Reagan despoja e propicia o genocídio dos Hopi e Navajos de "Big Mountain" e mantém na prisão perpétua o dirigente Leonard Peltier, do Movimento Índio Americano (AIM), para quem exigimos a liberdade imediata e incondicional.

5 Repudiamos igualmente o governo do Panamá por retardar a demarcação da área Guaymí, cujos territórios não são respeitados e aos quais o governo central quer impor suas fronteiras, despojando-lhes de suas terras comunitárias. Do mesmo modo, exigimos aos governos deste Continente e do mundo o respeito aos territórios e às culturas dos autóctones.

PELA UNIDADE E PODER DOS
POVOS AUTÓCTONES

Manágua, 17 de julho de 1986.

Kisan por la paz

Misatan

Sukawala (Sumos)

Coordinadora Nacional de Pueblos
Indios (México)

Indios Mayas de Quiche

International Indian Treaty Council

American Indian Movement

União das Nações Indígenas do
Brasil (UNI)

Coalition of First Nations (Canadá)

Movimiento de la Juventud Kuna
(MJK)

Carifonos de Honduras

Alianza de Profesionales Indígenas
Bilingüe AC

Periódico Sigu

DOSSIÊ CONSTITUINTE

- A Constituinte de 1986: Construção da Democracia no Brasil.
- Documentos do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte.
- Os atores políticos no processo constituinte.
- Constituinte e Democracia Participativa.
- Movimento Constituinte Fluminense.
- A experiência constituinte de Vila Velha - Espírito Santo.
- Guarulhos ensina ao Brasil como se faz uma Constituinte Popular.
- Constituinte, Constituição! E agora?
- 20 textos inéditos e uma vasta cobertura da Imprensa.



212 páginas
Cz\$ 60,00

Faça seu pedido em cheque nominal para o
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP.

Reverendo o passado guaraní

Publicou-se recentemente no Paraguai, **El Guaraní Conquistado y Reducido**, de Bartomeu Meliá (Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol. 5, Ceaduc, espanhol, 298 pp., 56 ilustrações, janeiro 1986). E na intenção do "informante" que o autor (um jesuíta de Mallorca, que viveu mais de 25 anos no Paraguai) procura a confiabilidade de suas fontes (1594 — 1639) para reconstruir a realidade dos guarani pré-conquistados (da historiografia colonial) e pré-reduzidos (da documentação jesuítica).

A metodologia desvenda situações históricas que configuram homens — encomenderos, bandeirantes, jesuítas —, métodos e perspectivas diferentes frente ao mesmo objeto — a sociedade guarani — e no mesmo contexto colonial. O significado do discurso e da etnografia deixadas pela historiografia deve ser entendido, recomenda o autor, conforme sua utilização sócio-lingüística, perscrutando as condições históricas e sociais que permitiram sua produção, regra que dispensaria comentário "não fosse tão descuidada pelos próprios especialistas".

As respostas guarani à colonização que os quer destruir, são "proféticas", porém não apenas pacíficas; menos que reações, são afirmações da autenticidade e identidade frente ao dominador, deixando à mostra um **Teko**, um "modo de ser" guarani, noção esta de caráter mítico/religiosa observável nos

guarani histórico e contemporâneos (cerca de 70 mil, na Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil).

Ao recuperar a história e a etnografia daquela sociedade, o autor reinterpreta o discutido tema **Yvy Marane'ý**, a "terra sem mal". Realçando seu caráter **polissêmico**, quer evitar o reducionismo desfigurante da explicação exclusivamente religiosa, apontando para seus aspectos econômicos/ecológicos. As reduções jesuíticas ao serem criadas, assentam-se sobre bases etnográficas pré-existentes, estruturando-se de forma análoga à tradição indígena: manutenção do sistema político de "cacigazco", distribuição das famílias pelo espaço reducional, ritualização da rotina diária. Não teria ocorrido, assim, uma ruptura absoluta da organização indígena pré-reducional. Isto, junto a outros fatores, responderia pelo caráter de aliança nas relações índios e missionários.

Nos 20 textos desta coletânea, escritos em diferentes momentos (1972 a 1983), determinados temas e conceitos (reducionismo, semântica, hermenêutica, religião, outros) são reiteradas vezes abordados, conformando uma "espiral hermenêutica" que auxilia sua compreensão. Outros assuntos são analisados com maestria: poligamia, rebeliões contra a opressão colonial, demografia, contato, língua, mudança social e aculturação; há ainda uma análise das tendências atuais da histo-



riografia das reduções — resenhas críticas, em três artigos, da obra de cinco autores contemporâneos.

É preferencialmente o público **paraguayo** que irá encontrar nessas leituras liames e raízes de sua formação linguística e cultural; o leitor brasileiro, percorrendo com o autor a história guarani dos séculos 16 e 17, encontrará subsídios para compreender aspectos da colonização dos estados do sul do país, (incluindo-se o Mato Grosso do Sul), não revelados na nossa história, em muito reificada, do período. Para o estudioso da sociedade guarani a leitura do volume é imprescindível (**Rubem Thomaz de Almeida**).

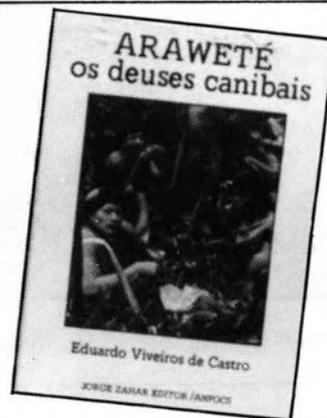
O pensamento religioso Tupi-Guarani

Trabalho premiado como a melhor tese de doutorado no 1º Concurso de Teses Universitárias e Obras Científicas, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). O livro é uma edição fac-símile da tese, defendida, em agosto de 1984 junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Parte considerável da obra se dedica a uma descrição da organização social, econômica e de parentesco dos Araweté, povo de língua Tupi-Guarani do estado do Pará que entrou em contato com a Funai há pouco mais de dez anos, com remissões a outros grupos indígenas da mesma família linguística. O foco principal do livro é a descri-

ção e interpretação da cosmologia Araweté, a partir dos conceitos relativos à pessoa, à morte, às divindades e dos cantos e rituais xamanísticos onde os deuses e os mortos se manifestam aos humanos.

O autor, carioca de 33 anos, é professor no PPGAS do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seu conhecimento da língua, cultura e do pensamento Araweté, aliado ao seu sólido domínio da literatura antropológica e etnográfica, fazem deste trabalho consulta obrigatória para quem se interessa pela visão do mundo e pela lógica com a qual opera o pensamento religioso dos grupos indígenas Tupi-Guarani, tema que há muito fascina antropólogos e missionários.

ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAIS, de Eduardo Viveiros de Castro (Jorge Zahar Editor/ANPOCS, Rio de Janeiro, 1986, 744 págs.)



Manifesto indígena contra as celebrações do V Centenário do Descobrimento e da Primeira Evangelização na América

Nós, indígenas representantes de 30 nacionalidades de 13 países de América Latina, reunidos por ocasião da 2ª Consulta Ecumênica de Pastoral Indígena Latino-Americana, em Quito, Equador, de 30 de junho a 6 de julho de 1986 em vista da proximidades das celebrações do 5º Centenário do chamado descobrimento e da primeira evangelização da América, manifestamos:

Nosso repúdio total a estas celebrações triunfalistas pelas seguintes razões:

1. Que não houve tal descobrimento como se quis fazer crer, senão uma invasão com as seguintes implicações:
 - a) Extermínio a sangue e fogo e doenças de mais de 75 milhões de irmãos nossos.
 - b) Usurpação violenta de nossos domínios territoriais.
 - c) Desintegração de nossas organizações sócio-políticas e culturais.
 - d) Sujeição ideológica e religiosa em detrimento da lógica interna de nossas crenças religiosas.
2. A invasão de que fomos objetos, desde seus inícios até nossos dias, foi uma permanente violação de nossos direitos humanos fundamentais.

3. Em todo este processo de destruição e aniquilamento, em aliança com o poder temporal, a Igreja Católica e outras igrejas e muito recentemente as seitas e corporações religiosas, têm sido e são instrumentos de submissão ideológica e religiosa de nossos povos.

Frente a todos estes fatos de genocídio e etnocídio de que temos sido objeto por quinhentos anos, exigimos:

DOS ESTADOS:

- a) Fim das políticas integracionistas e assimilacionistas e a instrumentalização folclórica de nossas culturas.
- b) Respeito e reconhecimento jurídico e reintegração dos espaços territoriais que nos pertencem desde sempre e por direito.
- c) Reconhecimento e respeito de nosso direito de propriedade comunal sobre os recursos naturais que pertencem a nossos espaços territoriais, tanto do solo como do subsolo. Exigência fundamental é que os governos não vendam mais estes recursos às companhias nacionais e transnacionais.

- d) Reconhecimento de nossas organizações, como também de nossos próprios sistemas de governo, elemento fundamental de nossa autodeterminação.

DAS IGREJAS:

- a) Fim de uma evangelização e pastoral de aliança com o sistema dominante, genocida e etnocida, de indígenas e demais setores oprimidos da sociedade envolvente.
- b) Prática de uma autêntica evangelização, acompanhamento, diálogo e respeito frente a nossas lutas e crenças religiosas.
- c) Unidade das igrejas para uma pastoral ecumênica e contra a penetração de seitas e corporações religiosas divisionistas e destruidoras de nossas culturas.

Finalmente proclamamos nossa esperança de que somente a unidade na diversidade das nacionalidades indígenas da América, sobre a autoafirmação de nossa identidade há de levar-nos em unidade com outros setores oprimidos à verdadeira autodeterminação e libertação integral de nossos povos.

Cimi — Clai — Asett